



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 71 - SÁBADO, 19 DE MAIO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sámy - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PR)
2º VICE-PRESIDENTE Waldir Maranhão - (PR-ROB-MS) (3,4)	
SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC-DO-B-AM)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)²	

1. Em 29/03/2011, o Senador Gilmar Mendes licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme ROS nº 29/03/11, deferido na sessão de 29/03/11.
2. Em 03/05/2011, o Senador José Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 47/2011, aprovado na sessão de 03/05/11.
3. Em 08/11/2011, vago em virtude da Senadora Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldir Maranhão foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal 16.11.2011.
5. Em 08/11/2011, o Senador Gilmar Mendes ad exequatur o mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29/11/2011, o Senador José Ribeiro ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PTV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC-DO-B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT (22,26)	Líder Jayme Campos - DEM (24)
.....	Vice-Líderes Aécio Gurgacz (29,99)	Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (31) Lélio Yáñez (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33)
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros - PMDB	Líder Lúcio Mendes - PMDB	Líder do PSD - 10 Alvaro Dias
Vice-Líder do PMDB Vital do Rêgo	Vice-Líderes Aécio Gurgacz (29,99)	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35)
Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldir Maranhão Renato Pimentel Casildo Maldaner	Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líder do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (26) Antônio Carlos Valadares (30)	Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,43,46)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Líder do PDT - 5 Aécio Gurgacz	Vice-Líder do DEM Jaime Campos (24)
Vice-Líder do PP Ana Amélia (17)	Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)	
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Lúcio Mendes - PMDB	
	Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30)	
	Líder do PC-DO-B - 2 Inácio Arruda	
	Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13	Governo Eduardo Braga - PMDB (38)	PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13)
Líder Gilm Argello - PTB	Líder Gilm Argello	Líder Kátia Abreu - PSD (11,13)
Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino	Vice-Líderes Gilm Argello Benedicto de Lira	Vice-Líder Sérgio Petecão
Eduardo Amorim (17,48)	Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana	
.....	Vital do Rêgo	
Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19)		
Alecs Líderes do Psol		
Vicentinho Alves (42)		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,48)		
	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03/08/2011.
6. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 6/2011, lido na sessão do dia 10 de outubro de 2011.
7. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAA).
8. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. GLPPN N° 1/2011.
9. Em 08.11.2011, foi lido o OF. n° 1.327/2011-GSKAA, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
10. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
11. Em 13.12.2011, o Senador José Agripino volta ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
12. Em 29.11.2011, o Senador Gilmar Mendes deixa o mandato.
13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
14. Senador Randolph Rodrigues é designado Líder do PRB, conforme OF. GLPMDB N° 713/2011, lido na sessão de 06/12/2011.
15. Senador Randolph Rodrigues é designado Líder do PRB, conforme OF. GLPMDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
16. Senador Antônio Carlos Valadares é designado 3º Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPMDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
17. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
18. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PRD, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
19. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
20. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDABAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
23. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDABAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJCAM N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Randolph Rodrigues é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDABAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDABAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDABAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDABAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lúcia Viana é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Viana é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Alfredo Nascimento é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. GLPNB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
35. Senador Romer Jucá é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. GLPNB N° 038/2012, lido na sessão de 22 de março de 2012.
36. Senador Jayme Campos é promovido a Líder da Subcomissão Especial de Relações Institucionais do Senado de 27 de março de 2012, informado Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação será considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
37. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Of. GSACM N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
39. Senador Lúcio Mendes da Mata é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 001/2012, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos é promovido a Líder da Subcomissão Especial de Relações Institucionais do Senado de 27 de março de 2012, informado Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação será considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Braga é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUFSF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUFSF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Moreira Rosário Palocci Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Leite Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações	Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração
José Farías Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	"vglf g'lr'ipqk E'eqnc T'E'vpj c Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 14, de 2012, de alteração na composição dos membros da Comissão de Especialistas com o objetivo de analisar questões federativas.....	19741
2 – ATA DA 83ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE MAIO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 630/2012, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade na obra que menciona.....	19742
2.2.2 – Pareceres	
Nºs 543 a 545, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 352, 279 e 637, de 2011, respectivamente.	19743
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 352, 279 e 637, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 92, 93 e 95/2012-CAS).....	19775
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia do Defensor Público, nos termos do Requerimento nº 244, de 2012, do Senador Gim Argello e outros Senadores.	19776
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR FERNANDO COLLOR – Destaque para a instalação, pela Presidente Dilma Rousseff, da Comissão da Verdade.....	19776
SENADOR VALDIR RAUPP – Comentários sobre a infraestrutura do Estado de Rondônia.....	19779
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Destaque para artigo, de autoria do ex-Ministro Delfim Neto, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , intitulado “A idéia de Banco Central independente já acabou”; e outros assuntos.	19781
2.2.5 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR ACIR GURGACZ – Comentários sobre a questão da infraestrutura na região amazônica, especialmente no Estado de Rondônia; e outros assuntos.	19786
SENADOR ALVARO DIAS – Observações sobre a CPMI do “caso Cachoeira”.....	19788
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Convocação aos espectadores da TV Senado para assistir seminário da Seção Brasileira do Parlasul a ser realizado hoje, destinado a analisar soluções para a economia brasileira; e outro assunto.	19793
2.2.7 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se em 28 do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 124 anos da Abolição da Escravatura.....	19794
2.2.8 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PTC/PHS/PSL/PRTB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 568, de 2012 (Ofício nº 334/2012). <i>Designação da Deputada Jandira Feghali, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	19794
Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 570, de 2012. (Ofício nº 309/2012). <i>Designação da Deputada Iracema Portella, como titular, e da Deputada Aline Corrêa, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	19795
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 570, de 2012. (Ofício nº 273/2012). <i>Designação dos Deputados Márcio Macêdo e Pedro Uczai, como titulares, e dos Deputados João Paulo Lima e Amauri Teixeira, como suplentes, para comporem a referida Comissão.</i>	19795

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Retificação do despacho aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2012 (**Expediente S/nº/2012-CCJ/CRA/CCT/CMA**). A matéria será apreciada terminativamente.....

19795

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Reflexões sobre o transcurso, hoje, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e outros assuntos.....

19796

2.2.11 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Reflexão sobre os números divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), acerca do índice de reprovação no ensino médio no País.....

19799

2.3 – ENCERRAMENTO**3 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 68ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de abril de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal** nº 56, do dia subsequente.....

19801

Ata da 69ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de abril de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal** nº 57, do dia subsequente.....

19815

Ata da 71ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de maio de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal** nº 59, do dia subsequente.....

19816

Ata da 72ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de maio de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal** nº 60, do dia subsequente.....

19830

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA**SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

19844

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

19849

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

19855

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

19860

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....

19865

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....

19875

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

19881

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

19887

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....

19892

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

19897

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

19900

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

19902

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....

19903

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

19904

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

19904

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

19905

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....

19907

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).

.....

19909

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

19911

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)

19913

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..

.....

19916

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....

19918

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)

19919

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

19920

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

19924

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

19925

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)

19926

ATO DO PRESIDENTE Nº. 14 , DE 2012

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

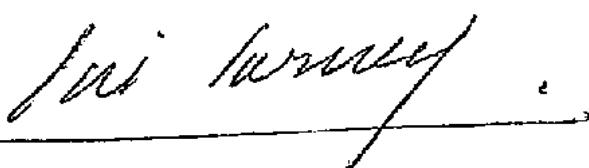
Art. 1º O art. 1º do Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2012, que Institui Comissão de Especialistas com o objetivo de analisar questões federativas, publicado no Diário do Senado Federal de 16 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º A Comissão de que trata o caput será composta pelos seguintes membros: Ministro Nelson Jobim, Economista Bernardo Appy, Professor João Paulo dos Reis Velloso, Professor Everardo Maciel, Professor Ives Gandra da Silva Martins, Dr. Adib Jatene, Professor Luís Roberto Barroso, Professor Michal Gartenkraut, Professor Paulo de Barros Carvalho, Dr. Bolívar Lamounier, Professor Fernando Rezende, Professor Sérgio Prado, Procurador da Fazenda Nacional Manoel Felipe do Rêgo Brandão, Professor Marco Aurélio Marrafon e Ministro Mailson da Nóbrega.

.....
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de maio de 2012.



Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Ata da 83^a Sessão, Não Deliberativa em 18 de maio de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Srs. Paulo Paim e Roberto Requião.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 11 horas e 32 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 630-GP/TCU**, de 2012, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona.

É o seguinte o aviso:

Aviso nº 630-GP/TCU

Brasília, 17 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 96 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União no presente exercício, foram constatados indícios de irregularidades grave na seguinte obra:

. BR-158/PR – Construção de Campo Mourão – Palmital.

Por oportuno, esclareço que o relatório de auditoria do mencionado empreendimento (TC-006.391;2012-5), poderá ser objeto de consulta no endereço eletrônico (www.tcu.gov.br). O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (SETIC) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – Senador **Benjamin Zymler**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de maio do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 543, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, da Senadora Ana Amélia, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

RELATOR: Senador WALDEMAR MOKA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

A proposição determina que seja coberto pelos planos de saúde que incluem atendimento ambulatorial o tratamento de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, inclusive medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes. No caso dos planos que incluem internação hospitalar, obriga a cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, com vistas a garantir a continuidade da assistência prestada durante a internação hospitalar.

A cláusula de vigência estabelece que a lei entre em vigor após transcorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

De acordo com a autora do projeto, atualmente cerca de quarenta por cento dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar. Assim, esses tratamentos devem ter cobertura obrigatória pelos planos de saúde, o que ainda não acontece, transferindo boa parte desses pacientes e de seus custos assistenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Em 15 de dezembro de 2011, por força da aprovação dos Requerimentos nº 60 e 61, de 2011-CAS, de minha autoria e da Senadora Ana Amélia, foi realizada uma audiência pública para debater a proposição, que contou com os seguintes participantes: Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), representante de Mauricio Ceschin, Diretor-Presidente da Agência; Paulo Hoff, médico oncologista, Diretor do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês; Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE) e Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS deliberar sobre proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei – cobertura assistencial dos planos de saúde – é afeita à temática desta Comissão.

As normas que regem o setor de saúde suplementar definem a cobertura obrigatória em função da assistência prestada. Os procedimentos que fazem parte da cobertura assistencial mínima obrigatória pelos planos de saúde, regulamentados pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e contratados a partir de 2 de janeiro de 1999 – os chamados planos novos –, estão listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Isso é válido também para planos contratados antes dessa data, mas somente para aqueles que foram adaptados à Lei dos Planos de Saúde.

O rol é revisado a cada dois anos. O primeiro rol de procedimentos foi definido pela Resolução do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) nº 10, de 1998, atualizado pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 2001, e revisto nos anos 2004, 2008 e 2010 pelas Resoluções Normativas nºs 82, 167 e 211, respectivamente.

No dia 2 de agosto de 2011, a ANS publicou a Resolução Normativa nº 262, que *atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde previstos na RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010*, que entrou em vigor no início de 2012. Nessa atualização foi incluída a cobertura para cerca de sessenta novos procedimentos, mas, novamente, não foi contemplada a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral.

De fato, a Resolução da ANS vigente apenas faculta às operadoras de planos privados de assistência à saúde oferecer, por sua própria iniciativa, cobertura maior do que a mínima obrigatória, inclusive medicação de uso oral domiciliar. Isso, evidentemente, não é suficiente, pois não garante o direito do paciente portador de câncer em receber o melhor tratamento possível.

Por outro lado, merece destaque o fato de que a quimioterapia oral feita em casa oferece vantagens substanciais ao paciente, tanto físicas como emocionais, tais como sentir-se menos agredido pelo tratamento, o que proporciona maior adesão, e facilidades, vez que não tem que alterar a sua rotina, não precisa gastar com transporte nem ter alguém disponível para acompanhá-lo à unidade de saúde.

Ademais, não há óbices para a sua aprovação no tocante à constitucionalidade, visto que o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde. Da mesma forma, não existem impedimentos quanto à juridicidade ou à técnica legislativa da proposição.

Por fim, a despeito dos evidentes méritos do projeto sob análise, julgamos adequado oferecer emenda no intuito de definir a quem cabe prescrever e em que circunstâncias será ministrado o tratamento quimioterápico domiciliar, conforme sugeriram os especialistas convidados para debater a proposição em comento, em audiência pública.

Essa definição, contudo, não é passível de detalhamento em lei, mas, sim, mediante protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Por conseguinte, delegamos tal competência à ANS e às sociedades médicas de especialistas da área, que detêm o conhecimento técnico necessário para orientar o tratamento e garantir uma prescrição terapêutica segura e eficaz.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011:

"Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 10.

.....
VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12;

.....' (NR)

'Art. 12.

I –

.....
c) a cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;

II –

.....
g) cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar;

.....
§ 4º As coberturas a que se referem as alíneas c do inciso I e g do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área, publicados pela ANS. " (NR)

Sala da Comissão, 16 de maio de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 21ª REUNIÃO, DE 16/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

RELATOR: Senador Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)

Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
VAGO	7. VAGO

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)

Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

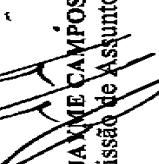
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 352, DE 2011

						SIM				NÃO				ABSTENÇÃO			
						SIM				NÃO				AUTOR			
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB, PC do B/PRB)														Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB, PC do B/PRB)			
PAULO PAIM (PT)	X													1- EDUARDO SUPILY (PT)	X		
ÂNGELA PORTELA (PT)	X													2- MARTA SUPILY (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)														3- JOSÉ PIMENTEL (PT)			
WELLINGTON DIAS (PT)														4- ANA RITA (PT)			
JOÃO DURVAL (PDT)	X													5- LINDBERGH FARIA (PT)			
RODRIGO ROLEMBERG (PSB)	X													6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)														7- LÍDICE DA MATA (PSB)			
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)														Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)			
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X													1- VITAL DO RÉGO (PMDB)			
PAULO DAVID (PV)														2- PEDRO SIMON (PMDB)			
ROMERO JUCA (PMDB)														3- LOBAO FILHO (PMDB)			
CASILDO MALDANER (PMDB)														4- EDUARDO BRAGA (PMDB)			
RICARDO FERRACQ (PMDB)														5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
ANA AMÉLIA (PP)														6- BENEDITO DE LIRA (PP)			
VAGO														7- VAGO			
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)														Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)			
CICERO LUCENA (PSDB)														1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)														2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
CYRO MIRANDA (PSDB)														3- PAULO BAUER (PSDB)			
JAYME CAMPOS (DEM)														4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)														Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)			
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)														1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)			
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)														2- EDUARDO AMORIM (PSC)			
VISENTINHO ALVES (PR)														3- ANTONIO RUSSO (PR)			

TOTAL: 13 SIM: 1 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: — SALA DA COMISSÃO, EM 16 / 05 / 2012.

Obs.: o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum (art. 132, § 8º - RIF).


 Senador JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA N° 1-CAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 352, DE 2011

PROPOSTA DE LEI		VOTOS		SITUAÇÕES	
		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)		X		Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAUM (PT)	X	X		1- EDUARDO SUPlicy (PT)	X
ANGÉLIA PORTELA (PT)				2- MARTA SUPlicy (PT)	
HUMBERTO COSTA (PT)				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	
WELLINGTON DIAS (PT)				4- ANA RITA (PT)	X
JOÃO DURVAL (PDT)	X			5- LINDBERGH FARIAS (PT)	
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X			6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)				7- LÍDICE DA MATA (PSB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)				Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
VALDEMIR MOKA (PMDB)	X	X		1- VITAL DO RÉGO (PMDB)	
PAULO DAVIM (PV)				2- PEDRO SIMON (PMDB)	
ROMERO JUCA (PMDB)				3- LOBÃO FILHO (PMDB)	
CASILDO MALDANER (PMDB)				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)	
RICARDO FERRACO (PMDB)				5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	
ANA AMELIA (PP)	X			6- BENEDITO DE LIRA (PP)	
VAGO				7- VAGO	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)				Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CICERO LUCENA (PSDB)				1- AECIO NEVES (PSDB)	
LÚCIA VÂNIA (PSDB)				2- CÁSSIO CUNHALIMA (PSDB)	
CYRO MIRANDA (PSDB)	X			3- PAULO BAUER (PSDB)	
JAYME CAMPOS (DEM)	X			4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)				Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X	X		1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				2- EDUARDO AMORIM (PSC)	
VICENTINHO ALVES (PR)				3- ANTONIO RUSSO (PR)	

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: — SALA DA COMISSÃO: EM / OS / 05 / 2012.
 OBS: o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum (art. 132, § 8º - RISF)


 Senador AIME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 352, DE 2011

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10.
.....

VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12;

....." (NR)

"Art. 12.

I –
.....

c) a cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos, relacionados ao tratamento e adjuvantes;

II –
.....

g) cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar;

.....

§ 4º As coberturas a que se referem as alíneas c do inciso I e g do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área, publicados pela ANS." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após transcorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2012.

Senador JAYME CÂMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Ofício nº 92/201 _ Presidência/CAS

Brasília, 16 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que*

dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente,

Senador JAYME CÂMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador WALDEMIRO MOKA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

A proposição determina que seja coberto pelos planos de saúde que incluem atendimento ambulatorial o tratamento de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, inclusive medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes. No caso dos planos que incluem internação hospitalar, obriga a cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, com vistas a garantir a continuidade da assistência prestada na internação hospitalar.

A cláusula de vigência determina que a lei entre em vigor após transcorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

De acordo com a autora do projeto, atualmente cerca de quarenta por cento dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar. Assim, esses tratamentos devem ter cobertura pelos planos de saúde, o que ainda não acontece, transferindo boa parte desses pacientes e de seus custos assistenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS deliberar sobre proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei – cobertura assistencial dos planos de saúde – é afeita à temática desta Comissão.

As normas que regem o setor de saúde suplementar definem a cobertura obrigatória em função da assistência prestada. Os procedimentos que fazem parte da cobertura assistencial mínima obrigatória pelos planos de saúde, regulamentados pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e contratados a partir de 2 de janeiro de 1999 – os chamados planos novos –, estão listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Isso é válido também para planos contratados antes dessa data, mas somente para aqueles que foram adaptados à Lei dos Planos de Saúde.

O rol é revisado a cada dois anos. O primeiro rol de procedimentos foi definido pela Resolução de Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) nº 10, de 1998, atualizado pela Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 2001, e revisto nos anos 2004, 2008 e 2010 pelas Resoluções Normativas nº 82, 167 e 211, respectivamente.

No dia 2 de agosto de 2011, a ANS publicou a Resolução Normativa nº 262, que *atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde previstos na RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010*, que entrará em vigor no inicio de 2012. Nessa atualização foi incluída a cobertura para cerca de sessenta novos procedimentos, mas, novamente, não foi contemplada a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral.

De fato, a Resolução da ANS vigente apenas facilita às operadoras de planos privados de assistência à saúde oferecer, por sua própria iniciativa, cobertura maior do que a mínima obrigatória, inclusive medicação de uso oral domiciliar. Isso, evidentemente, não é suficiente, pois não garante

o direito do paciente portador de câncer em receber o melhor tratamento possível.

Por outro lado, merece destaque o fato de que a quimioterapia oral feita em casa oferece vantagens substanciais ao paciente, tanto físicas como emocionais, tais como sentir-se menos agredido pelo tratamento, o que proporciona maior adesão, e facilidades, vez que não tem que alterar a sua rotina, não precisa gastar com transporte nem ter alguém disponível para acompanhá-lo à unidade de saúde.

Por fim, além dos evidentes méritos do projeto sob análise, não há óbices para a sua aprovação no tocante à constitucionalidade, visto que o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Da mesma forma, não existem impedimentos quanto à juridicidade ou à técnica legislativa da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador WALDEMIRO MOKA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

A proposição determina que seja coberto pelos planos de saúde que incluem atendimento ambulatorial o tratamento de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, inclusive medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes. No caso dos planos que incluem internação hospitalar, obriga a cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, com vistas a garantir a continuidade da assistência prestada durante a internação hospitalar.

A cláusula de vigência estabelece que a lei entre em vigor após transcorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

De acordo com a autora do projeto, atualmente cerca de quarenta por cento dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar. Assim, esses tratamentos devem ter cobertura obrigatória pelos planos de saúde, o que ainda não acontece, transferindo boa parte desses pacientes e de seus custos assistenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Em 15 de dezembro de 2011, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 60 e 61, de 2011-CAS, de minha autoria e da Senadora Ana Amélia, foi realizada uma audiência pública para debater a proposição, que contou com os seguintes participantes: Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), representante de Mauricio Ceschin, Diretor-Presidente

da Agência; Paulo Hoff, médico oncologista, Diretor do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês; Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE) e Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS deliberar sobre proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei – cobertura assistencial dos planos de saúde – é afeita à temática desta Comissão.

As normas que regem o setor de saúde suplementar definem a cobertura obrigatória em função da assistência prestada. Os procedimentos que fazem parte da cobertura assistencial mínima obrigatória pelos planos de saúde, regulamentados pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e contratados a partir de 2 de janeiro de 1999 – os chamados planos novos –, estão listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Isso é válido também para planos contratados antes dessa data, mas somente para aqueles que foram adaptados à Lei dos Planos de Saúde.

O rol é revisado a cada dois anos. O primeiro rol de procedimentos foi definido pela Resolução do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) nº 10, de 1998, atualizado pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 2001, e revisto nos anos 2004, 2008 e 2010 pelas Resoluções Normativas nºs 82, 167 e 211, respectivamente.

No dia 2 de agosto de 2011, a ANS publicou a Resolução Normativa nº 262, que *atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde previstos na RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010*, que entrou em vigor no início de 2012. Nessa atualização foi incluída a cobertura para cerca de sessenta novos procedimentos, mas, novamente, não foi contemplada a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral.

De fato, a Resolução da ANS vigente apenas faculta às operadoras de planos privados de assistência à saúde oferecer, por sua própria iniciativa, cobertura maior do que a mínima obrigatória, inclusive medicação de uso oral domiciliar. Isso, evidentemente, não é suficiente, pois não garante o direito do paciente portador de câncer em receber o melhor tratamento possível.

Por outro lado, merece destaque o fato de que a quimioterapia oral feita em casa oferece vantagens substanciais ao paciente, tanto físicas como emocionais, tais como sentir-se menos agredido pelo tratamento, o que proporciona maior adesão, e facilidades, vez que não tem que alterar a sua rotina, não precisa gastar com transporte nem ter alguém disponível para acompanhá-lo à unidade de saúde.

Ademais, não há óbices para a sua aprovação no tocante à constitucionalidade, visto que o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde. Da mesma forma, não existem impedimentos quanto à juridicidade ou à técnica legislativa da proposição.

Por fim, a despeito dos evidentes méritos do projeto sob análise, julgamos adequado oferecer emenda no intuito de definir a quem cabe prescrever e em que circunstâncias será ministrado o tratamento quimioterápico domiciliar, conforme sugeriram os especialistas convidados para debater a proposição em comento, em audiência pública.

Essa definição, contudo, não é passível de detalhamento em lei, mas, sim, mediante protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Por conseguinte, delegamos tal competência à ANS e às sociedades médicas de especialistas da área, que detêm o conhecimento técnico necessário para orientar o tratamento e garantir uma prescrição terapêutica segura e eficaz.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA N° – CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011:

"Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 10.

.....
VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12;

....." (NR)

'Art. 12.

I –

.....
c) a cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;

II –

.....
g) cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar;

.....
§ 4º As coberturas a que se referem as alíneas c do inciso I e g do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área." (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 544, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 279, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que Altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

RELATOR "AD HOC": Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 279, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que é examinado em caráter terminativo, altera as leis de custeio e benefícios da Previdência Social, para incluir o catador de material reciclável entre os segurados especiais da Previdência Social.

Ao justificar sua iniciativa, argumenta o autor que o seu projeto busca dar maior eficácia ao princípio da equidade no custeio da seguridade social, pois o Estado e a sociedade que participam do seu custeio devem estar submetidos a padrões justos e razoáveis, cada um dentro das suas possibilidades.

Aponta ainda que é crescente o número de trabalhadores que estão entregues à informalidade e, consequentemente, à exclusão social. Esclarece existirem hoje no Brasil cerca de 500 mil catadores de papel, que trabalham com a coleta de lixo para sobreviver e que recebem por dia de trabalho algo em torno de 2 a 5 reais.

Defende, assim, que a redução da alíquota de contribuição para essa categoria trará aumento da inclusão previdenciária e do exercício da cidadania por parte desses trabalhadores.

Até o momento não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais, a norma, se aprovada, estará apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Pela legislação em vigor, a pessoa que trabalha com coleta de lixo está enquadrada para fins previdenciários na categoria “contribuinte individual”, vale dizer, pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não. Assim, o catador de lixo, atualmente, deve contribuir com a alíquota de 11%, quando considerado como salário de contribuição o salário mínimo. Caso o salário-de-contribuição seja superior ao salário mínimo, o percentual é de 20% sobre a sua renda.

Já a contribuição do segurado especial corresponde, pela legislação atual, ao percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização de sua produção rural ou da pesca artesanal, e que, nos termos propostos neste projeto, ampliará o conceito, abrangendo também a renda anual dos catadores de materiais recicláveis.

Vemos, portanto, que há uma considerável diferença de alíquotas, que sem dúvida nenhuma impactam muito aqueles que devem contribuir obrigatoriamente para a Previdência Social e que recebem, em contrapartida pelo seu trabalho valores que permitem somente sua sobrevivência.

Assiste, sem nenhuma dúvida, plena e total razão ao autor da matéria ao afirmar que o enquadramento dos catadores de papel como segurados especiais é medida que corporifica a justiça retributiva, ao garantir participação dos catadores de material reciclável no custeio da Previdência Social de maneira equitativa.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente , Presidente

, Relatora

Jayme Campos -

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 21ª REUNIÃO, DE 16/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
 RELATOR: "Ad hoc" Senador João Vicente Cláudino

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela(PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP) -	6. Benedito de Lira (PP)
VAGO	7. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Cláudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 279, DE 2011

TITULARES				SUPLENTES			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPlicy (PT)	X	
ANGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPlicy (PT)		
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)		
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)	X	
JOAO DURVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIA (PT)		
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		X			6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LÍDICE DA MATA (PSB)		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO
VALDEMIR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO RÉGO (PMDB)		
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)		
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBAO FILHO (PMDB)		
CASILDO MALDANER (PMDB)					4- EDUARDO BRAGA (PMDB)		
RICARDO FERRACO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)		
ANA AMELIA (PP)		X			6- BENEDITO DE LIRA (PP)		
YAGO					7- VAGO		
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO
CICERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)		
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CASSIO CUNHA LIMA (PSDB)		
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)		
JAYME CAMPOS (DEM)		X			4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X	
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)		X			2- EDUARDO AMORIM (PSC)		
VICENTINHO ALVES (PR)					3- ANTONIO RUSSO (PR)		

TOTAL: 1 SIM: 5 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, M 16 / 05 / 2012.
 Obs.: o voto do autor da proposição não será computado, consignando sua presença para efeito de quorum (art. 13º, §º RISF).

~~Senador JAYME CAMPOS~~
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Ofício nº 93/2012 _ Presidência/CAS

Brasília, 16 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011, que *altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social*, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente,

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 545, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta o § 2º ao art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, para disciplinar o abandono de emprego”.

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp. Trata-se de proposição que pretende alterar o § 1º do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para considerar justa causa para a demissão de empregado, por abandono de emprego, a falta injustificada ao trabalho por vinte dias ininterruptos.

Também há previsão de notificação do empregado, pessoalmente ou pelo correio, da aplicação dessa penalidade e, caso o trabalhador penalizado não venha a ser localizado, prevê-se a publicação de edital para notificá-lo.

O autor afirma, nos termos da justificação à proposta, que a “legislação trabalhista nada dispõe a respeito da caracterização do abandono de emprego, cabendo tal tarefa à jurisprudência trabalhista, que fixa como regra geral caracterizar o abandono de emprego a existência de dois elementos: o objetivo, que é o real afastamento do empregado do seu local de trabalho, ...; e o subjetivo, consubstanciado na intenção, no ânimo do trabalhador (*animus abandonandi*), ainda que implícito, em não mais manter-se vinculado ao seu empregador...”.

Não há, segundo o proponente, disposições na legislação sobre a necessidade de comunicação do empregado para que justifique a ausência, antes da aplicação da penalidade. A proposta, então, pretende corrigir esse vazio legislativo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A alteração proposta, insere-se na competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), eis que promove alteração nas normas que regem as relações de trabalho, mais especificamente as relações de emprego, objeto do Direito do Trabalho.

Normas sobre essa matéria – configuração do abandono de emprego - são de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre normas trabalhistas é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, dada a competência privativa da União, nesses temas, fixada no inciso I do art. 22, ambos da Carta Magna.

Quanto à iniciativa e à competência para legislar, então, não há impedimentos formais, e tampouco há impedimentos de natureza material em relação aos dispositivos constitucionais. Foram respeitadas, além disso, as normas técnicas que regem a elaboração das leis, os dispositivos regimentais e os pressupostos de juridicidade.

Analisando o mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da proposta, dada a relevância dos argumentos expostos pelo autor. Atualmente a matéria é praticamente regida pela Súmula nº 32, do Tribunal Superior do Trabalho, que prevê trinta dias de falta para a caracterização do abandono, a partir dos quais cabe ao empregado comprovar que não houve intenção de abandonar a relação de emprego.

Na prática, os empregadores publicam editais e procuram localizar o empregado, para evitar maiores surpresas. O que a proposição faz, além de reduzir o prazo em dez dias, na verdade, é alçar a conteúdo legal a exigência de notificação do empregado para a caracterização da justa causa. Dessa forma, aumenta a segurança jurídica nas relações entre empregados e empregadores, ao tornar claras as disposições sobre o tema, sem exigir um conhecimento especializado, por empregados e empregadores, da jurisprudência.

O conhecimento profundo da jurisprudência é incompatível com a simplicidade das relações de trabalho e a inexistência de uma norma jurídica clara sobre o assunto torna tormentosa a caracterização do abandono de emprego, com polêmicas, discussões judiciais e protelações desnecessárias.

A pretensão de proteger o empregado, em excesso, acaba disseminando insegurança jurídica que beneficia, ao final, os relapsos e faltosos e prejudica aqueles que continuaram exercendo suas funções, que ficam encarregados da sobrecarga de trabalho decorrente da ausência do colega.

Por essas razões e aquelas elencadas pelo autor consideramos válidas, no mérito, as mudanças propostas. Na atualidade, não se pode mais admitir que pessoas simplesmente desapareçam por vinte dias, sem qualquer razão plausível, e sejam, em seguida, reintegrados ao trabalho sem qualquer responsabilidade pela indenização dos danos causados ao bom andamento da produção. A relação de emprego é uma relação de confiança, incompatível com a desinformação e os subterfúgios.

III – VOTO

Assim, inexistente vício de constitucionalidade ou juridicidade, e presentes as razões de mérito expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

EMENDA Nº 1 – CAS (ao PLS nº 637, de 2011)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011 a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 482 do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do §2º, remunerando-se o atual parágrafo único como §1º.

Art. 482

§1º

§ 2º Enseja justa causa por abandono de emprego a falta injustificada por 30 (trinta) dias ininterruptos.

I – O empregador deverá notificar o empregado, pessoalmente ou através do correio, com aviso de recebimento, da aplicação da justa causa por abandono de emprego, caso o empregado não retorne antes de completar os 30 (trinta) dias de ausência injustificada." (NR)

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 21ª REUNIÃO, DE 16/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
 RELATOR: "Ad hoc" Senador Cyro Miranda

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
VAGO	7. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSOB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

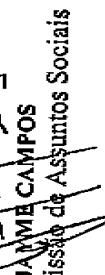
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 637, DE 2011

TITULARES						SUPLENTES					
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)		X				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)						
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOSE PIMENTEL (PT)						
WELLINGTON DIAS (PT)	X				4- ANA RITA (PT)						
JOÃO DURVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)						
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)						
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LIDICE DA MATA (PSB)						
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
WALDEMAR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO RÉGO (PMDB)						
PAULO DAVIM (PV)					2- PEDRO SIMON (PMDB)						
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBAO FILHO (PMDB)						
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)						
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUÍAO (PMDB)						
ANA AMELIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)	X					
YAGO					7- VAGO						
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
CICERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)						
LÚCIA VIANA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)						
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)						
JAYMÉ CAMPOS (DEM)					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)						
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X					
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				2- EDUARDO AMORIM (PSC)						
VICENTINHO ALVES (PR)					3- ANTONIO RUSSO (PR)						

STOTAL: 4 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: — SALA DA COMISSÃO, EM 16 / 05 / 2012.
 Nas o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum (art. 134, § 8º, RIST).

Atualizada em 26/04/2012


 Senador JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA N° 1-CAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 637, DE 2011

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPlicy (PT)	X			
ANGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOSE PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIA (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZOTIN (PC do B)	X				7- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMAR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO REGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBAO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRACO (PMDB)					5- ROBERTO REQUÍAO (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
VAGO					7- VAGO				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA (PSDB)					1- AECIO NEVES (PSDB)				
LUCIA VÂNIA (PSDB)					2- CASSIO CUNHA LIMA (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	-	-	-	-	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM -	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				2- EDUARDO AMORIM (PSC)				
VICENTINHO ALVÉS (PR)					3- ANTONIO RUSSO (PR)				

NOTA: 1 SIM; 1 NÃO; — ABSTENÇÃO; — AUTOR; — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 16/05/2012.
 Registre o voto do autor da proposição não será computado, considerando-se sua presença para efeito de quorum (art. 132, § 8º, risca)

Atualizada em 26/04/2012

Senador JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 637, DE 2011

Acrescenta o §2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 – CLT, para disciplinar o abandono de emprego.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 482 do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do §2º, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º:

“Art. 482
§1º

§ 2º Enseja justa causa por abandono de emprego a falta injustificada por 30 (trinta) dias ininterruptos.

I – O empregador deverá notificar o empregado, pessoalmente ou através do correio, com aviso de recebimento, da aplicação da justa causa por abandono de emprego, caso o empregado não retorne antes de completar os 30 (trinta) dias de ausência injustificada

II – Caso o empregado não seja encontrado em seu endereço, deverá o empregador publicar edital de abandono de emprego em jornal de circulação local.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desidíia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único - Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966)

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 54ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2012

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2011

- Terminativo -

Acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - CLT, para disciplinar o abandono de emprego.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011.

Observações:

- Em 02.05.2012, lido o Relatório, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais;
- A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 09.05.2012, sendo adiada a sua apreciação;
- Votação nominal.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores sobre se há manifestação decorrente do pedido de vista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, relator *ad hoc*, para suas considerações finais, se julgar necessário fazer alguns comentários em relação a esta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Serei muito breve, Sr. Presidente. Já foi lido.

Na prática, os empregadores publicam editais e procuram localizar o empregado para evitar maiores surpresas. O que a proposição faz, além de reduzir o prazo, na verdade, é alcançar o conteúdo legal ou a exigência de notificação do empregado para caracterização de justa causa. Dessa forma, aumenta a segurança jurídica...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT. *Fazendo soar a campainha.*) – A Mesa solicita silêncio para o bom andamento dos trabalhos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Dessa forma, aumenta a segurança jurídica, na relação entre empregados e empregadores, e tornam-se claras as disposições sobre o tema sem exigir um conhecimento especializado, por empregados e empregadores, da jurisprudência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estive conversando com diversos sindicalistas, com o próprio Ministério do Trabalho, e, se não me engano, Senador Cyro Miranda, a minha assessoria esteve conversando com a sua sobre a possibilidade de V. Ex^a acatar uma emenda, aqui no Plenário, para, em vez de 20 dias, deixarmos 30 dias. Isso atenderia o que pede o movimento sindical e as preocupações levantadas pelo próprio Ministério do Trabalho.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

Em uma conferência rápida com o relator principal, que é o Senador Armando Monteiro, e como o senhor já tem sido muito prejudicado nesta Comissão, com muitos "nãos", nós aquiescemos ao seu pedido com muito prazer.

Fica, então, a emenda dos 30 dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a ambos aí pela sensibilidade, atendendo a essa nossa solicitação.

Assim, Sr. Presidente, naturalmente, é claro, só com essa consideração e o atendimento feito tanto pelo Senador Monteiro como também pelo Senador Cyro Miranda, de que acataria uma emenda minha – em vez de 20 dias, 30 dias –, votamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que V. Ex^a concorda com a relatoria *ad hoc*, sobretudo, da forma como está o projeto hoje?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com esta pequena alteração: onde se diz 20 dias, seriam 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa alteração tem que ser proposta, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu proponho aqui, agora. É uma redação simples, onde diz 30, coloca-se 20.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a já propôs?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O relator *ad hoc* concorda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, gostaria que V. Ex^a formalizasse.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, V. Ex^a vai formalizar.

Vamos colocar o projeto em votação, com a concordância do adendo que V. Ex^a manifestou aqui para o relator *ad hoc*.

Vamos entrar em processo de votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o autor e com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o entendimento havido. Agora, no fim, com a emenda do Senador Paim e com a concordância do Senador Armando Monteiro e do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator e o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda? Voto conhecido.

Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda sugerida pelo Senador Paulo Paim e acatada pelo relator?

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Acatada.

Está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, e a emenda nº 1 – CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para decisão, ou seja, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

Ofício nº 95/2012 _ Presidência/CAS

Brasília, 16 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, que *acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - CLT, para disciplinar o abandono de emprego*, de autoria do Senador Valdir Raupp, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente


Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 92, 93 e 95, de 2012**, do Presidente da Comissão Assuntos Sociais, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 352, 279 e 637, de 2011.

São os seguintes os Ofícios:

OFÍCIO Nº 92/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir

os tratamentos antineoplásticos de uso oral entre as coberturas obrigatórias, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº 93/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2011, que altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 95/2012-PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, que acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT, para disciplinar o abandono de emprego, de autoria do Senador Valdir Raupp, e a Emenda nº 1 – CAS.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos **Ofícios nºs 92, 93 e 95, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se segunda-feira, dia 21, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia do Defensor Público, de acordo com o **Requerimento nº 244, de 2012**, do Senador Gim Argello e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Primeiro orador inscrito, Ex-Presidente da República e Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Exmº Sr. Presidente desta sessão Senador Paulo Paim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, no último dia 16 de maio, quarta-feira desta semana, tivemos dois grandes momentos que escrevem uma nova página na História do Brasil. Nessa data, foi instalada, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, a Comissão da Verdade, encarregada de apurar violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988. A cerimônia contou com a presença dos quatro Ex-Presidentes da República, o que evidencia, aliás, como disse Sua Excelência a Presidenta, o seu caráter de Estado e a efetiva consolidação da democracia brasileira.

O outro acontecimento importante de 16 de maio foi a entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação. Ela traz consigo uma série de mudanças importantes nas relações entre o Estado e o cidadão, particularmente no que tange ao direito das pessoas de conhecerem os segredos de Estado. Por isso, percebo ser funda-

mental, neste momento, trazer à sociedade brasileira e aos agentes públicos encarregados de servi-la, alguns esclarecimentos sobre a nova Lei de Acesso à Informação. Afinal, entendo da máxima importância que não haja dúvidas sobre o alcance dessa nova Lei e os direitos por ela garantidos a todas as pessoas que tenham interesse em conhecer a dinâmica da Administração Pública e das questões de Estado no Brasil.

Assim, a nova lei estabelece a obrigação, o dever dos órgãos e entidades públicas, de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Na divulgação das informações tratadas na lei, deverão constar, no mínimo: (1) registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; (2) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; (3) registros das despesas; (4) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os editais e os resultados, bem como a todos os contratos celebrados; (5) dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e (6) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

A lei também determina que, para o seu cumprimento, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da Rede Mundial de Computadores. Assim, a partir de agora, essas informações já têm que estar disponíveis na Internet para qualquer pessoa que tenha interesse em consultá-las.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é importante assinalar que as regras dispostas nesta lei alcançam todas as esferas do poder público – União, Estados e Municípios –, e também, é claro, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, administração direta e indireta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados e Municípios. Alcança, ainda, a informação produzida ou sob a guarda de entidades “privadas sem fins lucrativos que recebem, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres”.

Assim, as informações a respeito de fundações privadas e de quaisquer associações, entidades ou organizações não-governamentais que recebam recursos do Estado estão sob a égide da nova Lei.

Portanto, qualquer pessoa, o cidadão que está em casa, por exemplo, o representante de associações e outras organizações sociais, a imprensa, pesquisadores das mais diferentes áreas, brasileiros e estrangeiros têm direito, a partir de agora, de acessar as informações, os documentos, sobre as mais diversas áreas e sobre os mais diversos temas, que estejam sobre a guarda do Estado brasileiro, ou que tenham sido produzidos em suas distintas atividades.

Das diligências corriqueiras da administração pública a todos os documentos confidenciais produzidos até hoje pelas Forças Armadas, órgãos de segurança pública, Ministério das Relações Exteriores, passando pelas notas de reuniões classificadas como reservadas, realizadas há mais de cinco anos, e ainda, por conteúdos de processos licitatórios, planos de segurança de nossas infraestruturas críticas, tecnologias sensíveis, tudo isso passa a ser de conhecimento público. Por exemplo, quem desejar saber como os nossos diplomatas viam governos estrangeiros e líderes de outros países, na década de 1990 ou nas anteriores, basta requerer, e o Estado tem a obrigação de fornecer essas informações.

Se alguém quiser conhecer como se decide sobre as taxas de juros no âmbito do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, basta verificar na Internet se as atas das reuniões eram classificadas como secretas, confidenciais ou reservadas. Se forem reservadas, todas as reuniões realizadas há mais de 5 anos devem ser públicas e estar disponíveis; se forem secretas, há que se esperar por 15 anos. Mas se eram confidenciais, passam a ser públicas, abertas a qualquer um que queira conhecê-las. Além dos votos dos membros do Copom, pode-se também ter acesso às despesas do Executivo com os cartões corporativos. A partir de agora, todo cidadão poderá acessá-las e nada pode impedir o direito de conhecer essas informações. É o que estabelece a Lei em seus arts. 10 e 11.

Isso ai, portanto, é uma boa pauta para os bisbilhoteiros da mídia brasileira.

Sobre às informações que devem estar disponíveis e que documentos podem conter algo de interesse, o art. 8º, § 3º da Lei expressa que os sítios oficiais na Internet devem atender, entre outros, aos seguintes requisitos: (1) conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; (2) possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações; (3) possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina; (4)

divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação; (5) garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; (6) manter atualizadas as informações disponíveis para acesso; (7) indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e (8) adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Além disso, a nova Lei dispõe que cada órgão ou entidade do poder público deverá criar o serviço de informações ao cidadão que terá, entre suas atribuições, atender e orientar o público quanto ao acesso às informações; informar sobre à tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Lembro, portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que a partir do dia 16 passado todo órgão ou entidade pública, nos três Poderes e nas três esferas de governo, que não tiver um serviço de informações ao cidadão, estará descumprindo a norma e seus dirigentes estarão sujeitos a sanções penais, cíveis e administrativas. E mais: qualquer negativa ao acesso a informações e documentos, na forma da lei, sujeita os agentes à punições.

E nesse ponto, Sr. Presidente, vale destacar que o Senado Federal está cumprindo seu papel institucional em função da nova lei. Conforme anunciado por S. Ex^a, o Sr. Presidente desta Casa, José Sarney, no próprio dia 16 de maio, o Senado já está implantando o seu Sistema Integrado de Informação ao Cidadão, reformulando o seu Portal da Transparência e ainda lançando o *e-cidadania*. Além disso, criou uma comissão permanente de Acesso a Documentos para assessorar a direção da Casa na classificação dos documentos produzidos pelo Senado. Ou seja, o Senado Federal sai na frente para atender integralmente a Lei de Acesso à Informação.

De outro lado, Sr. Presidente, acerca dos efeitos desta nova Lei sobre as relações internacionais do Brasil, convém lembrar e reconhecer que há nela aspectos que contrariam muitos dos tratados dos quais o País é parte, pois há o conflito entre o disposto na lei doméstica e o texto desses acordos. Isso significa que o Brasil pode ser responsabilizado internacionalmente por descumprimento dos tratados, o que não seria bom para a imagem do País. Destaco que o assunto foi discutido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa. Quanto aos tratados que já estão em vigor, a solução é que o Brasil deixe de fazer parte desses acordos ou tente renegociá-los. Já para aqueles que estão em tramitação no Congresso Nacional, a decisão da comissão foi sobrestrar sua

tramitação até que sejam renegociados pelo Poder Executivo. De toda maneira, a partir de hoje, o Brasil pode incorrer em violação a tratados, sujeitando-se a ações de responsabilidade internacional promovidas por seus pares.

A nova Lei, Sr. Presidente, estabelece também novas regras para os documentos sigilosos, cumprindo o disposto no art. 5º, inciso 33, da Constituição Federal. A lei dispõe claramente sobre quanto tempo esses documentos e informações devem permanecer protegidos. Transcorrido o prazo temporal, acaba qualquer restrição de acesso a tais documentos e informações, que passam a ser públicos.

Assim, a norma estabeleceu três categorias de classificação de dados, informações e documentos: 1º ultrassecreto; 2º secreto e 3º reservado. Os ultrassecretos podem continuar assim por até 25 anos, renovando-se esse prazo uma única vez, por igual período. Já para os documentos secretos e reservados, o acesso é restrito por 15 e 5 anos, respectivamente, sem direito à renovação. Isso vale para todos os documentos já produzidos e a serem produzidos pelo Estado brasileiro.

E aqui refiro-me, especificamente, a documentos de Estado; não de governo.

Portanto, a partir de agora, todos os documentos secretos, produzidos até 1997 (todos os documentos secretos produzidos até 1997) são ostensivos, abertos. Comunicações diplomáticas, notas e gravações de reuniões, planos operacionais, documentos sobre segurança são exemplos do que já deve estar disponível, inclusive, na Internet. Destaco que as gravações das reuniões secretas das Comissões do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional com mais de 15 anos estão, de acordo com a Lei, automaticamente desclassificadas. Também a partir de agora, tornam-se abertos documentos classificados como reservados produzidos até 16 de maio de 2007. Há, ainda, aqueles classificados como confidenciais, que são a grande maioria. Essa classificação foi suprimida pela nova Lei de Acesso à Informação, o que significa que todos os documentos produzidos no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, por entes da administração direta e indireta, e classificados como confidenciais, passam agora, de imediato, à condição de ostensivos, ou seja, abertos a quem queira consultá-los. Sobre o assunto, lembro que a maioria esmagadora dos documentos sigilosos sob a guarda do Gabinete de Segurança Institucional – aí incluídos os produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência – tem a classificação confidencial. Para ter uma ideia e para ser mais preciso, são exatamente 56.644 documentos confidenciais produzidos até 2011, totalizando 82% dos documentos classificados. Essa é uma realidade que se repete na maior parte

dos órgãos e instituições que lidam com documentos sigilosos. Portanto, todos esses quase 60 mil documentos do GSI perderam a sua classificação e estão disponíveis para todos aqueles que deles quiserem tomar conhecimento..

É importante informar também, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, que no mesmo dia da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, Sua Exceléncia a Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff editou o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamentando uma série de dispositivos desta nova Lei. Trata-se de um instrumento que se fazia necessário, dada a complexidade, a extensão e o alcance da norma que demandava uma série de detalhamentos e explicitações sobre a sua vigência, aplicação e seu adequado uso pela sociedade e pelos órgãos e instituições públicas que deverão cumprir-la.

Assim, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, exorto todos aqueles que tiverem interesse em conhecer um pouco mais sobre o Estado brasileiro e seu funcionamento, sobre fatos que marcaram a nossa história, sobre as estratégias de governos passados, sobre nossos planos militares tradicionais, sobre nossas relações internacionais e políticas domésticas, sobre nossas tecnologias sensíveis, que requeiram aos órgãos públicos as informações que julguem necessárias, e que, a partir de agora, devem estar disponíveis na Internet. Se houver negativa no fornecimento dessas informações e documentos, que façam valer seu direito de acesso à informação, conforme estabelecido na nova Lei nº 12.527, de 2011.

Portanto, o 16 de maio de 2012 será certamente lembrado como o dia em que o Brasil abriu ao mundo suas informações mais preciosas, as suas salvaguardas, em uma claríssima demonstração de transparência e de um trato diferenciado da coisa pública e das questões de Estado. Que todos os brasileiros tirem, assim, o melhor proveito dessa nova e significativa lei.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade de falar sobre as novas regras de acesso à informação para abordar rapidamente alguns outros aspectos que tangenciam esse assunto.

Desde que o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, começou a ser debatido aqui no Senado, eu me posicionei contrário à proposta de se marcar data para tornar ostensivos os documentos ultrassecretos, aqueles que contêm as informações de Estado e tão somente de Estado mais sensíveis.

Minha proposta era de que caberia à Comissão de Reavaliação sugerir o momento adequado de se abrir alguns segredos de Estado, independentemente de uma data específica e predeterminada. Por isso, apoiei a proposta original do Governo Lula que não

limitava, após um prazo temporal, a renovação da classificação ultrassecreta. A decisão de acabar com o sigilo caberia, então, ao Chefe de Estado, depois de ouvir a orientação da Comissão de Avaliação. E isso não significava, de forma alguma, manter o chamado “sigilo eterno”, termo este cunhado de forma inapropriada e distorcidamente pelos meios para a proposta que eu defendia.

O fato é, Sr. Presidente, que à época dos debates nesta Casa, os meios acabaram pautando o tema – qual seja, o tempo ideal para liberar os documentos ultrassecretos – de forma extremada, colidindo esse ponto específico do projeto de lei de acesso à informação com o conceito de liberdade de imprensa. Não tem nada uma coisa a ver com a outra. Deturpou-se, assim, a verdade. Generalizou-se um assunto singular e de máxima importância para a segurança nacional e, ainda por cima, omitiram informações, dados, experiências e conceitos relevantes para enriquecer a discussão da matéria. E pior: confundiram e misturaram atividades de governo com questões de Estado, induzindo a população a acreditar que, por exemplo, determinados segredos de Estado jamais seriam tornados públicos ou, ainda, nivelingos, colocando no mesmo patamar de importância, segredos de Estado – como o desenvolvimento de tecnologias sensíveis – e dados de atividades corriqueiras da administração pública como, por exemplo, valores de despesas correntes, despachos ordinários e dados licitatórios, estes, sim, com a publicização garantida.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tentam os meios agora associar o segredo de justiça à liberdade de imprensa. Esquecem, ou fingem esquecer, que se trata de um instituto do Estado Democrático de Direito, de uma imposição judicial da qual nem uma CPI pode se furtar, muito menos nós, mandatários da população. É, portanto, uma regra legal a que estão sujeitos determinados processos investigatórios e judiciais.

Isso é confirmado pelo próprio Decreto nº 7.724, de 16 de maio último, assinado pela Senhora Presidenta da República, que regulamentou a nova lei, segundo a qual, em seu art. 6º, inciso I, o acesso à informação não se aplica às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como o fiscal, o bancário, o de operações e serviços no mercado de capitais, o comercial, o profissional e o industrial. Não se aplica, tampouco, ao segredo de justiça, dispõe o decreto.

É curioso que, para determinadas discussões, os mesmos veículos, os mesmos confrades e blogueiros se utilizam da imposição legal para justificar esse ou aquele posicionamento que lhes parece simpático. Quando não o são, estimulam a infração à lei, a violação da

Constituição, tudo supostamente em nome da liberdade de imprensa. É, portanto, a eterna manipulação, a constante indução e a frequente imposição da opinião dita pública por parte de alguns segmentos da mídia que, em nome da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, acham que tudo podem, que tudo lhes é permitido e que nada pode lhes atingir – e eles vão ver que não é bem assim. Ou seja, de acordo com a ocasião, valem-se da lei ou a repudiam, como se, no País, as regras, as normas pudessem variar de acordo com o que convém para um ou outro setor dos meios.

Volto a reafirmar, Sr. Presidente, que jamais cerceei qualquer manifestação de pensamento ou de opinião – e sabem V. Ex^{as}s que essa é a verdade. Sempre defendi, agi e me posicionei pela liberdade de imprensa, e tenho reiteradamente opinado contra qualquer controle dos meios de comunicação, contra a regulamentação do exercício profissional do jornalista e contra a criação de um conselho de fiscalização da atividade jornalística. São aspectos, repito, que, por mais que tentem associar, em nada colidem com o respeito e o cumprimento do segredo de justiça, muito menos com a necessária cautela no trato das questões de Estado, especialmente aquelas que envolvem a soberania do País, a segurança nacional e as tecnologias sensíveis.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Fernando Collor, com o seu pronunciamento, esclarecendo todos os fatos à Nação brasileira.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Valdir Raupp, que também disporá do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é com alegria que registro a presença em Brasília do Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia, meu Estado, Dr. Ricardo de Sá Vieira, que está aqui em busca de recursos para equipamentos e obras no porto de Porto Velho, indispensáveis à economia do Norte do Brasil.

O porto de Porto Velho, Sr. Presidente – hoje já tem o porto de cargas, o porto graneleiro, que construí ainda quando governador, em parceria com o Governo Federal e a iniciativa privada, uma das primeiras PPPs realizadas no Norte do Brasil –, hoje vem enfrentando alguns gargalos e problemas.

Estivemos em audiência com o Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, juntamente com o Governador de Rondônia, Dr. Confúcio Moura – e o

Sr. Ministro chamou também o Diretor-Geral do Dnit, General Fraxe, para discutir esses assuntos –, ocasião em que foram pactuadas diversas ações em favor das rodovias de Rondônia e da hidrovia do rio Madeira, conjugando ações que atendem à intermodalidade de transportes exigida na economia mundial para o crescimento de qualquer país. Então, o transporte intermodal está sendo muito útil para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, está ocorrendo em Porto Velho um fenômeno novo no rio Madeira, que é a criação de uma onda, que, segundo informação do presidente do porto de Porto Velho, está sendo criada com a passagem das águas pelo vertedouro da usina hidrelétrica de Santo Antônio, o que ocasionou a paralisação parcial das operações portuárias de segunda-feira, das 14h05 até o dia de ontem, 17, às 17h05. E hoje, dia 18, Sr. Presidente, foram completamente paralisadas todas as operações portuárias no porto de Porto Velho. Então, esse é um fenômeno novo, diferente, que precisa ser estudado.

Nesse sentido, solicito ao Presidente da Antaq, ao Presidente da Aneel e ao da ANA que efetuem uma fiscalização nas obras da usina de Santo Antônio e procurem encontrar uma solução para esse fato novo que está ocorrendo no rio Madeira, em Porto Velho.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Senador Acir Gurgacz, a quem concederei um aparte em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin, uma amazônica também, do vizinho Estado do Amazonas – e o rio Madeira interliga os nossos Estados –, até hoje eu só fiz pronunciamentos desta tribuna a respeito das usinas do rio Madeira para elogiar.

Em todas as audiências públicas que ocorreram em Porto Velho ao longo desses últimos quatro, cinco anos e durante as obras que ainda estão ocorrendo, eu só tenho feito pronunciamentos falando bem dessas usinas, porque realmente elas estão ajudando muito o Estado, são um bem importante para o Brasil e para Rondônia e estão empregando mais de 40 mil trabalhadores diretamente e talvez mais 30 mil ou 40 mil indiretamente. Porto Velho está passando por uma verdadeira revolução em função das usinas do rio Madeira, o que é uma coisa boa. Mas, agora, elas trouxeram esse problema.

Então, é preciso informar ao Senado Federal, às autoridades federais, ao Ministério dos Transportes, à Antaq, à Aneel, à ANA e a todos os órgãos envolvidos esse fenômeno que está ocorrendo no rio Madeira já com prejuízo. Agora, começou a haver um efeito ne-

gativo nessa questão do porto. Como vão paralisar as operações? Até ontem estavam parcialmente paralisadas e, hoje, paralisam 100% das operações por causa dessa onda. Não há como atracar mais barco nenhum no porto em razão dessas ondas que estão ocorrendo lá no rio Madeira.

É com satisfação que concedo um aparte ao Presidente da Comissão de Agricultura, diretamente envolvido também nessa questão. Hoje, o porto graneleiro de Porto Velho embarca milhares e milhares de toneladas, todos os dias, rumo a Itacoatiara, para fazer transbordo de navios para várias partes do Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Raupp, pelo seu pronunciamento e pela sua preocupação de sempre com o nosso Estado. Sou testemunha da sua luta, do seu trabalho e da defesa da construção das duas hidrelétricas no Estado de Rondônia. Portanto, nós acompanhamos. Eu e toda a bancada federal defendemos a instalação e entendemos que é importante para o País e principalmente para Rondônia a instalação, a construção dessas duas hidrelétricas no Estado de Rondônia. Mas ela, realmente, está causando alguns problemas para o Estado, principalmente com relação ao transporte fluvial em Porto Velho. Esta noite, o cabo de aço que segura o píer onde os caminhões descem para descarregar a soja nas balsas se rompeu. Ou seja, o problema está se agravando. Essa, realmente, é uma preocupação grande para todos nós. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e me coloco à disposição para que possamos trabalhar no sentido de resolver essa questão. Não queremos aqui condenar a construção das usinas, como bem falou V. Ex^a. Queremos uma alternativa, uma solução rápida, seja por meio das usinas, seja por parte do Governo Federal, do Governo do Estado. Enfim, precisamos resolver esse problema que atrapalha Rondônia e também os Estados vizinhos, como o Amazonas, Roraima. Toda a mercadoria produzida em São Paulo ou importada de outros Estados passam por Porto Velho e é embarcada em balsas, mas, desde ontem, esse serviço está paralisado. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e lembro que, à tarde, estaremos debatendo também esse assunto em nosso ciclo de palestras e debates, na Comissão de Agricultura. Muito obrigado, Senador. Meus cumprimentos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a e o parabenizo também, uma vez que, preocupado, já marcou essa audiência para hoje, uma sexta-feira. Não é muito comum, sexta-feira, ainda mais à tarde, uma comissão estar funcionando. Devo

passar por lá, também, para debater essa e outras questões de interesse do Brasil e do Estado de Rondônia.

Senador Acir, teremos a solução para esse problema: a construção do novo porto, que ficará bem abaixo, 20, 15 quilômetros abaixo do atual, mas isso no médio prazo. Essa construção já está prevista no PAC. Ontem discutimos com o Ministro dos Transportes, mas vai demorar, no mínimo, dois, três anos. Até lá, teremos de encontrar uma solução para esse problema do porto de Porto Velho.

Neste momento, as usinas trazem essa dificuldade, mas, no futuro, com a construção das eclusas da usina de Santo Antônio – que não está contratada, mas já está projetada –, da usina de Jirau, da terceira usina da Cachoeira Ribeirão, próxima de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré – e, nos próximos dias, deve haver uma discussão sobre isso –, teremos a solução fantástica com a navegabilidade do Mato Grosso até o Amazonas, até o mar, passando pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira, Amazonas, chegando ao porto de Belém. Hoje, ainda fazemos o transbordo em Itacatíara e Porto Velho. Mas, enquanto não chega essa solução, a médio e longo prazo, temos que encontrar um caminho, através dos especialistas, que, neste momento já deverão estar preocupados com isso, para resolver esse problema.

Eu queria, Sr. Presidente, para encerrar, rapidamente, ainda falar de outras ações na área do Ministério dos Transportes. O Senador Acir também tem trabalhado nesse sentido, bem como toda a bancada, a Deputada Marinha e todos os outros. Trata-se da restauração da BR-364. Parece que agora vai. Estão soltando os primeiros editais de licitação dos quatro trechos, quatro lotes que vão de Vilhena até Porto Velho, para fazer uma reconstrução da BR-364, com travessias urbanas, com terceira faixa nas subidas, tirando as curvas onde acontece muito acidente. Então, a BR-364, de Vilhena a Porto Velho, vai ser praticamente reconstruída começando ainda este ano, depois de tantos transtornos que ela tem causado para muitas pessoas em Rondônia.

Por último, gostaria de falar rapidamente, já encerrando, sobre outro problema sério de Rondônia, que está muito prestes a ser resolvido também, que é a transposição dos servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União, benefício esse que já deveria ter ocorrido há 23 anos. Quando foi aprovada a Constituinte de 1988, o Estado de Roraima e Amapá entraram. Por que não entrou Rondônia? Talvez tenha havido uma falha, sem criticar, da bancada da época – nós não estávamos aqui –, há 23 anos, que não atentou para isso e não fez inserir no texto da Constituição o benefício a Rondônia. Agora estão

buscando, mesmo que tarde, mas com justiça, esse benefício, mas que se arrasta. Ainda falta um parecer da AGU e falta uma instrução normativa da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

A Presidente esteve em Rondônia, no ano passado, em uma festa bonita, maravilhosa, com toda a bancada, com os sindicatos, com os prefeitos, com o Governador, assinando o decreto de regulamentação desse projeto, e, agora, por falta desse parecer da AGU e da instrução normativa do Planejamento, essa coisa não acontece. O Governador esteve, ontem, trouxe junto com ele 1.000 processos prontos já para dar entrada, entregando ao Ministério do Planejamento, e eu espero que, nesta semana, saia o parecer da AGU definitivamente, contemplando os servidores de 1981 a 1991; que, semana que vem, a Ministra Miriam Belchior marque essa reunião com a bancada, com o Governador, com a comissão intersindical para assinar essa instrução normativa, porque não dá mais. Os sindicatos já fecharam um acordo de paralisar quase todas as atividades do Estado na semana que vem. Vão fechar a BR-364 em vários pontos do meu Estado, e nós não podemos deixar que isso aconteça.

Então para que isso não aconteça, Sr. Presidente, a AGU precisa liberar esse parecer esta semana, ela está com todos os elementos, todas as comprovações de que a União pagava a folha de pagamento de 81 a 91. Assim, não há mais o que discutir a respeito dessa questão, para que a gente possa resolver e impedir mais um problema sério que poderá ocorrer no Estado de Rondônia semana que vem com a paralisação da nossa BR, que é a espinha dorsal do nosso Estado, em vários pontos do Estado de Rondônia.

Então faço aqui este apelo veemente à Advocacia-Geral da União, que libere esse parecer até segunda-feira, e que a Ministra Miriam possa já marcar a data da audiência com o Governador, com a bancada e com os sindicatos.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Valdir Raupp, mais uma vez usando a tribuna para seu pronunciamento, defendendo interesse de seu Estado, da Amazônia e do povo brasileiro.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Vanessa Grazziotin para o seu pronunciamento, ela que está em um encontro do seu Partido, aqui em Brasília, mas que se deslocou para o plenário do Senado para fazer o seu pronunciamento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, companhei-

ros e companheiras, venho à tribuna, neste momento, para falar a respeito de um artigo muito interessante, publicado esta semana pelo ex-ministro, ex-deputado federal Delfim Netto.

Mas, antes disso, Sr. Presidente, quero aqui destacar o fato que já está noticiado no dia de hoje, um fato que considero da maior relevância, da maior importância. A Presidenta Dilma, no dia de ontem, ao sancionar a Lei de Conversão aprovada na Câmara dos Deputados e nesta Casa, que trata de um assunto relativo a pessoas com deficiência física. Era uma medida provisória que cuidava de desonerar os custos para essas famílias, tirando tributos de cadeiras de rodas, próteses utilizadas por pessoas e famílias que têm em seu seio pessoas com deficiência.

No bojo da medida provisória, infelizmente, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados acrescentou inúmeros matérias, inúmeros artigos que não têm nada a ver com a matéria. Entre eles, acrescentou um artigo que permitia, Senador Gurgacz, a venda de medicamentos em supermercados, em mercearias, ou seja, em estabelecimentos fora das farmácias, das drogarias onde são vendidos exclusivamente.

Quando do debate da matéria, vim a esta tribuna e fiz a minha declaração de voto, dizendo que votaria a favor do projeto que havia chegado da Câmara, porque, se assim não fizéssemos – não apenas eu, todos nós –, a medida provisória cairia, perderia os seus efeitos, e um conjunto importante da população brasileira... E eu aqui uso o exemplo da cidade de Manaus. Aliás, temos vários companheiros aqui da cidade de Manaus nos visitando: está aqui Ivo, se bem enxergo, o Júlio, está aqui a Maria. Enfim, sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conhece todos pelo nome, é raro.

Sejam bem-vindos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estão aqui para participar da 2^a Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher, que é o meu partido.

O importante, Senador Paim – e eu não queria misturar os assuntos, mas acabei por fazê-lo –, é que se trata de uma Conferência de Mulheres e apenas recentemente estabelecemos cotas para mulheres. Nunca tivemos cotas, achávamos que internamente nem seria necessário, porque a nossa prática é de valorização e abertura dos espaços para as mulheres. Tanto que o nosso partido é o que tem o maior percentual de mulheres na sua bancada: são seis Deputadas Federais entre quinze eleitos, ou seja, 40% da bancada federal do meu partido é composto por mulheres. Enfim, estabelecemos cota recentemente. E a cota é de gênero, não é cota para mulher. É cota de gênero,

tanto que, nessa 2^a Conferência Nacional, a cota foi aplicada aos homens, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. A cota de gêneros foi aplicada aos homens. Temos um percentual mínimo, acho que são 25% ou 30% – 30% –, de homens delegados participando da Conferência, cujo tema principal é mulher, porque a cota é de gênero. Na próxima semana, após o encerramento da Conferência, que acontecerá no domingo, eu falarei mais sobre esse assunto.

Portanto, sejam todos bem-vindos e os convido para que desçam e possamos tirar uma fotografia logo mais, aqui, embaixo.

Pois bem, falava aqui sobre a medida provisória aprovada pela Câmara e que chegou ao Senado. Tivemos que aprovar-a por conta dos benefícios para as pessoas portadoras de deficiência.

Mas registramos aqui, não apenas eu, mas também o Senador Humberto Costa, ex-ministro da Saúde – portanto, alguém que entende também da matéria –, o fato de que estaríamos votando, mas faríamos tudo para que a Presidente vetasse aquele dispositivo, Senador Paim, que abria a venda de medicamentos, obviamente aqueles livres de receituário médico, para venda em hotéis, em mercados, em supermercados.

Eu, como farmacêutica, tenho o entendimento e a convicção plena: todo medicamento tem um limite entre fazer o bem ou fazer o mal. Depende da dose e da forma como se prescreva e se utilize o medicamento. E, nesse caso, o Brasil já é um dos países que têm o maior índice, o maior percentual de automedicação. Dizem que todo brasileiro gosta muito de falar sobre futebol, de dar palpites na escalação dos times, na forma como os jogadores jogam, e também de prescrever medicação para quem está doente. O senhor certamente já encontrou muitos amigos: "Não, estou com dor nas costas, com febre". E aí o amigo prontamente já indica qual é a melhor medicação. Esse é o costume do povo brasileiro.

Então, caso fosse aprovada a medida efetivamente, isso ampliaria muito a venda desses medicamentos. Muito. Significativamente. Aumentaria o lucro dos laboratórios, mas traria um prejuízo enorme à população.

Posteriormente, colhemos assinaturas, V. Ex^a assinou, inclusive, em ofício que encaminhamos à Presidenta Dilma, para que ela vetasse. Todas as entidades da área de saúde, todas, fizeram uma forte pressão, e nós também, Senadores, colocamos que votamos a favor, e explicamos as razões.

Votamos a favor para contribuir com o Governo Federal numa medida importante, mas todos éramos contra aquele dispositivo. E, para nossa alegria, a Presidenta vetou, Senador Paim. Está vetado. Ou seja,

continuam as mesmas regras atuais. Não se permite a venda de medicamento em supermercado.

Todo medicamento, independente ou não da necessidade do receituário, só pode ser vendido, comercializado em estabelecimentos especiais.

Então, ficam aqui meus cumprimentos não só à Presidenta Dilma, mas à Casa Civil, à Ministra Gleisi, ao Ministério da Saúde, enfim, a todos os que, tenho certeza, convicção, trabalharam muito para que ela tomasse essa decisão, porque é a decisão acertada para a saúde do nosso povo, para a saúde do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, o segundo assunto, que já destaquei e quero falar neste momento, diz respeito a um artigo publicado, acho, no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 16 deste mês, de autoria do ex-ministro, ex-deputado Delfim Netto. Hoje estamos há dois dias, portanto, do artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. O título da matéria é: "A ideia de Banco Central independente já acabou".

Veja, Senador Paulo Paim, o título é: "A ideia de Banco Central independente já acabou". E diz o ex-ministro Delfim Netto que a nova realidade econômica impõe um diálogo maior entre o Banco Central e o Governo, não apenas no Brasil, mas no resto do mundo.

E o ex-ministro Delfim Netto diz o seguinte: que a independência total do Banco Central não existe, nem no Brasil, nem na grande maioria dos países. E, além da questão da liberdade do Banco Central, a independência ou não do Banco Central, ele defende e levanta questões relativas à polêmica gerada em torno do câmbio flutuante.

Qual o porquê desse artigo do ex-ministro Delfim Netto, Senador Paulo Paim? Por que, desde que a Presidenta Dilma anunciou sua intenção de baixar, de forma drástica, os juros oficiais do Brasil – e efetivamente o Banco Central assim vem agindo –, setores importantes do mercado internacional, inclusive até alguns economistas no Brasil que representam esses interesses, interesses dos grandes especuladores, questionaram muito: primeiro, a oportunidade ou não da política de trabalhar para uma direção do câmbio, ou seja, não deixar que o câmbio fosse flutuante, mesmo porque o dólar extremamente desvalorizado em relação ao real, como estava anteriormente, vinha prejudicando muito a competitividade dos produtos brasileiros, Sr. Presidente, porque o real extremamente valorizado ou sobrevalorizado, comparativamente a outras moedas no mundo inteiro, faz com que nosso produto se torne muito caro no mercado externo.

E aí a consequência é exatamente a perda de espaço no mercado internacional. Veio primeiro esse questionamento; segundo, isso vinha ocorrendo porque o Banco Central, que deve ser um banco independente,

tinha conseguido, estava atrelado ao Governo Federal. E aí repito: com a autoridade que tem o ex-ministro, ele mostra que, em nenhum lugar do mundo, nem os bancos centrais são totalmente independentes, nem o câmbio é totalmente flutuante, ou seja, fica à deriva do mercado. Ele chega, inclusive, a criticar de forma dura os que defendem ainda a tese do câmbio flutuante.

Em relação à política econômica, ele afirma categoricamente aquilo que defendemos a vida inteira: que tem de haver uma integração entre a política monetária, fiscal e cambial, tem de haver uma integração; e tem de haver uma integração entre a política macroeconômica e o governo de cada país, porque não pode o governo caminhar para um lado, e o banco central, o Copom caminhar para outra direção completamente diferente. Isso não pode acontecer e não acontece efetivamente em nenhum lugar do mundo.

Então, os cortes em relação aos juros praticados no Brasil têm sido talvez uma das decisões mais corretas tomadas nos últimos tempos pelo Governo Federal, das mais corretas e também das mais duras, Presidente, porque não tem sido fácil diminuir o valor dos juros. Aliás, vamos lembrar, o Brasil está no topo, é o País que cobra as taxas de juros mais elevadas do Planeta. Diminuir as taxas de juros significa não apenas ampliar o mercado interno, mas dar a possibilidade de o Brasil seguir se desenvolvendo, porque juros elevados criam um ciclo vicioso, e nós não queremos um ciclo vicioso: nós queremos um ciclo virtuoso.

E o que seria um ciclo vicioso dos juros altos? Ora, quanto mais elevada a taxa de juros estabelecida no Brasil, mais elevado o gasto público para o pagamento, para a amortização da taxa de juros para o pagamento dos serviços da dívida pública brasileira, que não é pequena. Milhões e milhões, aliás, grande parte do nosso Orçamento, o Senador Paim sabe, porque sempre fazemos um paralelo: por que não pagar melhor o aposentado, já que se canaliza tanto recurso público para o pagamento de juros? Esse é o questionamento que todos nós fazemos há anos. Não há dinheiro para investimento, não há dinheiro para servidor, não há dinheiro para nada, mas há para pagar serviços da dívida.

Então, como mudar essa realidade? Mudar a realidade significa diminuir o valor das taxas de juros. E é isso que a Presidenta Dilma está fazendo, de forma extremamente corajosa. Os jornais, a imprensa, já têm mostrado quanto será a economia do Governo brasileiro, Senador Paim, com a diminuição da taxa de juros. São bilhões – não estamos aqui falando de milhões –, são bilhões de reais que serão economizados por conta dessa acertada decisão da diminuição da taxa de juros no Brasil.

Eu falo esse assunto, levantando aqui esse artigo publicado pelo ex-Deputado e ex-Ministro Delfim Netto, porque já ouvi pelos corredores – tenho ouvido muito, aliás – que agora o Governo está se pautando pela cabeça do ex-Ministro Delfim Netto. E o que é isso? Então, muita gente da oposição diz isso, Senador Paim. Não! Apenas Delfim Netto, o ex-Ministro, vem concordar com aquilo que dizemos há muitos anos: é preciso diminuir a taxa de juros no Brasil. O câmbio não pode ser flutuante. Não pode. O Brasil tem de ter uma política econômica perfeitamente estabelecida, que propicie o avanço do desenvolvimento.

Então, eu penso que, com todas essas medidas que o Governo vem adotando, com o Brasil, que desde a época do Presidente Lula tem conseguido ultrapassar as crises, de forma mais vantajosa e mais rápida até do que outros países, agora não será diferente. Acho que estamos construindo um ambiente, estamos construindo um clima capaz de fazer com que o nosso País siga se desenvolvendo.

E aí eu repito: não é o Governo que está indo pela cabeça do ex-Ministro Delfim Netto. A avaliação do ex-Ministro Delfim Netto é que está extremamente correta e bate com a avaliação de que há muitos segmentos que apoiam e compõem o Governo da Presidenta Dilma.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes de chamar à tribuna o Senador Acir Gurgacz, peço a liberdade a ele e ao Senador Alvaro Dias, para ler esse manifesto, a pedido de setores do meio ambiente, em defesa da água, dos mares e oceanos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Paim, V. Ex^a vai ler? Eu me esqueci.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu queria solicitar de V. Ex^a que incluisse, nos Anais desta Casa, na íntegra, o artigo escrito pelo ex-Ministro Delfim Neto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

“Política econômica tem de ser de uma integração entre a monetária, a fiscal e a cambial”

16/5/12 – O Estado de S.Paulo

Para Delfim, a ideia de BC independente já acabou.

A nova realidade econômica impõe um diálogo maior entre o Banco Central e o governo, não apenas no Brasil mas também no resto do mundo.

Como resultado, a independência total do Banco Central já não existe mais, defendeu Antonio Delfim Netto, ex-ministro e professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da USP. Em entrevista à Agência Estado, ele também considerou inócuas a polêmica em torno do câmbio flutuante.

“Não existe câmbio flutuante em lugar nenhum do mundo. Só um idiota pode dizer que existe câmbio flutuante”, disparou. Sem reservas, usou o mesmo estilo direto para desqualificar a discussão atual sobre a independência do Banco Central. “A política econômica tem de ser de uma integração entre a política monetária, a fiscal e a cambial. Essa ideia de que o BC é independente já acabou. É coisa ridícula, de pessoas que provavelmente desde a crise de 2008 não leram um artigo sobre a tragédia do Fed.”

A independência do BC vem sendo questionada após sucessivos cortes na taxa básica de juros, alguns acima da expectativa do mercado. Na visão de alguns economistas há um movimento casado com a meta do governo da presidente Dilma Rousseff de redução dos juros. Dilma teria a intenção de transformar a cruzada contra os juros em uma marca de sua gestão. Os bancos oficiais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, são os instrumentos para forçar a queda dos juros nas instituições financeiras privadas.

Incompreensão. Segundo Delfim, é preciso esquecer a discussão sobre a perda de independência do BC e considera saudável uma interlocução entre a autoridade monetária e a presidente Dilma, e também com o Ministério da Fazenda. “Há uma enorme incompreensão sobre as relações do governo com o Banco Central. O BC hoje é tão independente quanto foi no passado. Simplesmente tem mais conversa, porque o mundo é muito mais complexo. Você acha que o Bernanke (Ben Bernanke, presidente do Fed) é independente do Obama (Barack Obama, presidente dos EUA)? Você acha que o Draghi (do BCE) não conversa com ninguém?”, questionou.

Quanto à taxa básica de juros, a Selic, o economista prefere não fazer previsões, mas concorda que ainda há espaço para corte de um ponto porcentual: “O (presidente do BC, Alexandre) Tombini já provou que está muito mais antenado com a realidade brasileira

e com a realidade internacional. Vai conversar com seus companheiros do Copom e ver onde podem ir."

O economista acredita que a forte desvalorização do real em relação ao dólar nas últimas semanas foi resultado da atuação do governo, que permitiu que a moeda brasileira ficasse supervalorizada por muito tempo, em parte devido aos juros altos. Na avaliação dele, no entanto, ainda é difícil definir uma taxa de câmbio ideal para o País.

Entretanto, ele não acredita em uma pressão inflacionária mais forte como consequência da mudança no câmbio. "A passagem do câmbio para os preços evidentemente existe. Mas a economia tem outros fatores. Seguramente, um aumento de câmbio de 10%, 15%, 20% se transfere como um aumento de preços talvez em 1%, 2%, ou 3%, mas ao longo de 12, 15 meses", calculou.

O ex-ministro disse mais pessimista com o crescimento do PIB este ano e revisou a previsão de crescimento para 3,2% ou 3,3%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, com o entendimento aqui no plenário, quero só fazer um registro, que, na verdade, é um pedido de liberdade a um ativista em defesa do Planeta que está preso na Alemanha.

Desde o último dia 14 de abril, um dos mais ativos e importantes ativistas do Planeta está preso na Alemanha. O Capitão canadense Paul Watson, líder da ONG Internacional Sociedade de Conservação Pastores do Mar, que é focada na defesa dos oceanos e da vida marinha no mundo inteiro, está detido.

Ele foi eleito pela revista *Time* como um dos heróis da ecologia do século XXI. Também foi cofundador da ONG internacional Greenpeace. Responsável direto pela preservação de diversas espécies marinhas, muitas delas em extinção. Um libertário do planeta Terra. Um libertário da vida natural. Um defensor da harmonia entre seres humanos, animais e natureza.

Este libertário foi detido em Frankfurt, na Alemanha, no último dia 14 de abril. O motivo de sua prisão é, no mínimo, duvidoso ou curioso. O mandado para a prisão do Capitão Paul Watson foi emitido na Costa Rica, em outubro de 2011. Tal mandado refere-se a um processo que havia sido arquivado e que, curiosamente, foi reaberto poucos dias depois de o Instituto de Pesquisa de Cetáceos iniciar um processo civil contra a Sociedade de Conservação Pastores do Mar, nos Estados Unidos.

Resumindo: o mandado de prisão não tem mais nenhuma validade legal, pois prescreveu.

Segundo o governo costa-riquenho, Paul Watson teria abalroado (ato de jogar uma embarcação em direção a outra) um navio pesqueiro em suas águas.

Porém, as águas onde supostamente ocorreu esse fato pertencem à Guatemala, e a ação foi autorizada pelo governo da Guatemala, pois se tratava de impedir que fosse cometido um crime ambiental, previsto na lei da Guatemala.

O fato de a Costa Rica pedir a prisão do Capitão Watson é, no mínimo, estranho, duvidoso, suspeito de armação para aprisionar a pessoa que planeja as ações que provocam os maiores prejuízos econômicos às empresas que obtêm seus lucros praticando crimes contra a fauna marinha ao redor do mundo.

A Interpol publicou uma nota em seu website, dizendo que não emitirão um alerta vermelho de busca e apreensão ao Capitão Watson, porque seu escritório de processos jurídicos não está satisfeito com o pedido da Costa Rica, e que o mesmo não está em conformidade com a própria constituição e regras da Interpol, ou seja, a Interpol considera esta prisão abusiva e ilegal, segundo o documento que recebi.

Jogada política, interesses econômicos, pressão de países que praticam a pesca ilegal e a caça de baleias e golfinhos.

Fizemos essa denúncia como Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

A indústria pesqueira no Japão, Noruega, Rússia, Coreia do Sul e China, países de forte influência internacional e que encontram na pesca uma forma de ganho econômico, certamente, querem manter esse ativista na prisão.

Não podemos acusar ninguém, nenhum país, mas parece claro que a Costa Rica está servindo de instrumento para defender interesses de outros países mais potentes e que, na verdade, violentam as leis internacionais em defesa do Planeta, do meio-ambiente e da vida marinha.

Mais de 158 mil e-mails foram enviados para o ministério da justiça da Alemanha. O mundo se mobiliza – e faço isto aqui no Brasil, neste momento – para a libertação de Watson.

O Brasil não pode calar-se diante desse fato. Temos um dos litorais mais ricos em diversidade marinha do globo. As águas brasileiras despertam o interesse da indústria pesqueira mundial. Nada contra a pesca, de forma alguma. Porém, tudo contra a pesca ilegal e a destruição da biodiversidade marinha. Repito: não podemos calar, pois, estas verdadeiras máfias, já estão atuando em águas brasileiras, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil.

Não por acaso a apreensão de barbatanas de tubarão, que seriam contrabandeadas para a Ásia, o que, infelizmente, aconteceu aqui no Brasil.

Existem diversos questionamentos que devemos fazer acerca desta questão. Um deles é: que gostarí-

amos de ver nossos humildes e honestos pescadores artesanais serem respeitados e não “engolidos” por grandes corporações pesqueiras internacionais?

Este homem, Capitão Paul Watson, luta para que isso não ocorra. A libertação deste ativista é de interesse do mundo, é de interesse da humanidade, é de interesse do Brasil.

Lembro que a Sociedade de Conservação Pastores do Mar possui um braço em solo brasileiro, responsável pela proteção da costa brasileira e de sua diversidade marinha. Atuante, frente a questões relacionadas à pesca ilegal, derrames de petróleo e agressões ao meio ambiente nacional.

Termino somente dizendo isto: se deixarmos que a prisão e a extradição deste homem realmente ocorram, estaremos abrindo um precedente para que isso também aconteça em nosso País. Não podemos calar.

Por isso, exigimos, pedimos: libertem Paul Watson, para que ele continue defendendo o Planeta.

Era isso, meus amigos.

Agradeço muito ao nosso Senador Acir Gurgacz, que, em compromisso em Ministério, permitiu que eu lesse essa carta que recebi dos ambientalistas.

Convido V. Ex^a, Senador Gurgacz, para a tribuna pelo tempo que for necessário e, em seguida, o Senador Alvaro Dias, que teve a mesma tolerância com este Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, hoje à tarde, a partir da 14 horas, teremos nosso ciclo de debates e palestras na Comissão de Agricultura, que é realizado todas as sextas-feiras aqui, na nossa comissão, ou em alguma cidade que a comissão se destina, como, por exemplo, estará, semana que vem, em Ji-Paraná, no dia 25. Na próxima sexta-feira, portanto, estaremos em Ji-Paraná, junto com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, junto com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, debatendo a agricultura brasileira, em especial a agricultura do nosso Estado de Rondônia.

Hoje, vamos discutir a infraestrutura ferroviária e hidroviária das regiões Norte e Centro-Oeste, que está muito aquém das necessidades para o escoamento da produção agropecuária e o bom desenvolvimento da região.

Convidamos representantes do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antac), da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da

Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia (Soph), para discutir os gargalos existentes, os projetos em andamento e as alternativas para melhorar a infraestrutura e logística hidroviária e ferroviária para a região.

Entretanto, nesta manhã, vou abordar a questão de infraestrutura para a região amazônica e, principalmente, para a nossa Rondônia, numa dimensão mais humana e estratégica, mas de forma prática, apontando o que temos, o que precisamos e o que estamos fazendo para melhorar as questões de infraestrutura, de crescimento e de desenvolvimento do nosso Estado.

Não basta apenas vir aqui e reclamar e pedir providências e não apontar sugestões, não contribuir para resolver as questões relativas ao crescimento e ao desenvolvimento de nosso Estado e de nosso País.

Quando se fala em infraestrutura, é muito comum que se pense em estradas, ferrovias, obras e concreto armado. Mas, a nosso ver, a formação da infraestrutura do Brasil não pode ser associada apenas a esses elementos físicos. Ela não se mede apenas em trilhos, em tubulações e em tijolos. Eu falo em educação, saúde, segurança, emprego, que compõem, obrigatoriamente, a fundação dessa nossa grande obra. Essa é uma infraestrutura que se mede através dos valores humanos.

A transposição dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União, por exemplo, terá um impacto positivo na infraestrutura do Estado. Além de um direito histórico dos servidores que ajudaram a construir nosso Estado, ela trará uma economia de recursos para Rondônia da ordem de R\$30 milhões ao ano. É um dinheiro que poderá ser investido em ações e projetos estruturantes nas áreas de saúde, educação e apoio ao pequeno produtor rural. É por isso que tenho cobrado, com freqüência, desta tribuna, mais agilidade do Ministério do Planejamento na publicação da Instrução Normativa estabelecendo as regras da transposição, para que assim seja cumprida a lei que aprovamos aqui, no Congresso Nacional, e já foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff.

O Governador Confúcio Moura já assumiu o compromisso de investir boa parte da economia com a transposição na educação, na qualificação profissional de novos jovens e na valorização de servidores, que continuarão sob a responsabilidade do Estado.

Essa ação, junto com a implantação dos institutos federais de educação tecnológica e programas como o Projovem, que levamos para Rondônia por meio do Ministério do Trabalho através de vários Municípios do Estado, e o Pronacampo, por exemplo, irão aperfeiçoar a infraestrutura humana de que precisamos para o desenvolvimento do Estado. Isso porque as pessoas é que representam a verdadeira argamassa de nossa infraestrutura. Nós precisamos investir no ser humano.

Partindo, agora, para as obras estruturantes, nosso principal gargalo em Rondônia chama-se BR-364, cuja restauração defendi aqui, e não apenas uma operação tapa-buracos, como está sendo feito hoje. Para tanto, incluímos recursos no Orçamento Geral da União para que o Governo pudesse realizar as obras necessárias. Conquistamos a travessia urbana de Ji-Paraná, mas a restauração completa da rodovia é uma dívida que o Governo Federal tem com o nosso Estado.

Entendo que o processo licitatório já está em andamento. São quatro lotes que estão, como se diz, na rua, para a conclusão do processo licitatório. Mas é importante que o Ministério tenha um acompanhamento próximo, para que não haja atrasos e possamos aproveitar o verão de 2012, não para concluir a obra – porque é uma obra grandiosa –, mas para começá-la o mais rápido possível, dentro da expectativa da população do nosso Estado de Rondônia.

A restauração da BR-364 é uma obra de urgência, mas a alternativa concreta para desafogar essa rodovia é a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que ligará Goiás aos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Essa obra faz parte do PAC e já contabiliza um atraso de 12 meses. Incluímos o trecho Porto Velho–Vilhena, com as obras iniciando na capital, no PPA 2012-2015.

Essa foi a providência que nos coube fazer. Agora, nos cabe cobrar do Ministério dos Transportes a execução do PPA para o inicio desta obra que liga Porto Velho à malha ferroviária brasileira.

Junto com as demais obras de integração nacional e latino-americana, como a Rodovia Interoceânica, a chamada saída para o Pacífico e a hidrovía do Madeira, essa ferrovia completará o complexo intermodal de que precisamos para reduzir os custos e o tempo para exportação de nossos produtos para os mercados asiáticos e países do Pacífico.

Passando agora para a infraestrutura energética, o Estado de Rondônia possivelmente foi um dos que mais recebeu recursos do PAC para investimentos na geração de energia de fonte hidroelétrica. A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, são obras estruturantes que buscam o equilíbrio energético necessário para o desenvolvimento da Nação e deram uma nova dinâmica para a economia de nosso Estado de Rondônia.

Até agora, Rondônia colheu os frutos de receber duas obras deste porte. Os bons frutos, mas também alguns problemas. E estamos nos aproximado do período pós construção das usinas, quando deve ocorrer um desaquecimento de nossa economia. Já começamos a sentir essa ressaca, e a primeira evidência é a queda

na receita do Estado, da ordem de R\$150 milhões, em função da redução no ritmo das obras.

Outro fato preocupante é que, enquanto Rondônia não tem um parque agroindustrial forte, essas usinas irão distribuir toda a energia para a região Sudeste do País e o ICMS da comercialização dessa energia ficará no destino, ou melhor, nos Estados compradores e não no Estado que está gerando essa energia.

Pensando nisso é que apresentamos uma proposta de emenda à Constituição para discutirmos na prática, dentro do pacto federativo, a destinação do ICMS da comercialização da energia elétrica. Não podemos ser apenas o Estado gerador da energia; temos que participar da receita dos tributos gerados. Sabemos que enfrentaremos problemas no futuro. Por isso, precisaremos destes recursos.

Para se ter uma ideia, ontem, as operações do porto de Porto Velho foram paralisadas devido a fortes correntezas e ondas atribuídas à operação da usina hidrelétrica de Santo Antônio. Este é um exemplo de impacto não previsto com que teremos que saber como lidar. A PEC do ICMS da energia que apresentei nesta Casa resultará numa compensação financeira para o Estado utilizar em casos como estes, por exemplo.

Em razão da paralisação das atividades do porto, várias empresas, a exemplo da Votorantim e da Hermasa, já paralisaram suas atividades e esse fator influenciará sobremaneira nas importações e exportações, ocasionando perdas econômicas substanciais para o Estado e para a classe empresarial.

O Diretor-Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia, Ricardo Sá, estará conosco hoje à tarde na Comissão de Agricultura e nos trará mais detalhes sobre a situação do porto, que é o principal canal de escoamento da safra de grãos e da produção agrícola da região Norte e Centro-Oeste, que desce o rio Madeira até o porto de Itacoatiara, no Amazonas.

Nossa agricultura, por sinal, carece de infraestrutura básica para o escoamento da produção. O Brasil cresce na agricultura graças aos investimentos da iniciativa privada. São os agricultores e as agroindústrias que investem, vão ao banco e fazem empréstimos, plantam, vendem a produção e pagam o banco. Assim, contribuem para o saldo positivo da balança comercial brasileira.

O Governo deveria dar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção. Algumas regiões do País estão bem atendidas nesse aspecto, é verdade, mas, no nosso caso, em Rondônia e na Amazônia, de uma forma geral, a situação é muito precária.

Em Rondônia, precisamos ter a BR-364 em boas condições. Precisamos da ferrovia ligando Porto Velho à malha ferroviária nacional, no Centro-Oeste, além

dos portos fluviais e a hidrovia do Madeira em boas condições.

Estamos cobrando esses investimentos, para que o trabalho de planejamento que estamos fazendo agora, junto com o Governo do Estado, com o apoio do Governo Federal, principalmente na agricultura familiar de Rondônia, tenha boa infraestrutura num futuro muito próximo.

Dentro dessa visão ampla da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de nosso Estado, precisamos, no mundo competitivo atual, utilizar as técnicas, tecnologias e conceitos já provados e atualizados da agricultura moderna, como a biotecnologia, a clonagem animal, a mecanização com precisão, os sistemas agroflorestais e a agricultura de baixo carbono.

Estamos trabalhando para que essas questões, que discutimos aqui na Comissão de Agricultura, cheguem aos agricultores de nosso Estado de Rondônia. De forma integrada, com foco na organização e desenvolvimento da agropecuária rondoniense, estamos planejando e executando ações juntamente com o Governo do Estado, com o apoio do Governo Federal, da Embrapa, da Emater, junto com as associações e sindicatos rurais, as cooperativas e empresas, diretamente com os nossos agricultores.

Dessa forma, estamos formando uma política agrícola que promoverá o desenvolvimento econômico de nosso Estado, com inclusão social e proteção ambiental. Na prática, estamos levando até o produtor rural assistência técnica, novas tecnologias e oportunidades de negócio.

Um exemplo disso é a primeira feira tecnológica que realizaremos no Estado de Rondônia entre os dias 24 e 27 de maio. Serão 4 dias em que vamos concentrar, no parque de exposições de Ji-Paraná, tudo o que queremos levar, o ano inteiro, para os nossos agricultores.

Nessa feira tecnológica, o Governo do Estado, com o apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, apresentará oportunidades para os agricultores, mas nossa preocupação é que essa nova dinâmica, em que as novas tecnologias estejam casadas com a assistência técnica e crédito barato, esteja acessível a todos os agricultores.

Conectar todos os elos da cadeia produtiva da agricultura para que eles possam trabalhar em conjunto é um trabalho que estamos fazendo como parlamentar.

É por isso que estimulamos o cooperativismo e o associativismo. Entendo que essas duas formas de organização social e empresarial caminham juntas para viabilizar os negócios da agricultura e manter o homem no campo produzindo com dignidade. O agri-

cultor que trabalha de forma cooperativa compra melhor, produz melhor e vende melhor. Com isso, passa a ter uma renda melhor para sua família.

Considerando que as cooperativas são, comprovadamente, uma boa alternativa para o desenvolvimento agrícola, além de promotoras do desenvolvimento humano, é que estamos encaminhando a aprovação da Lei Geral do Cooperativismo, que tramita na Comissão de Agricultura, e sobre a qual faremos uma audiência pública no próximo dia 24. Creio que, ao aprovarmos esta lei, definindo de uma vez por todas o ato cooperativo, e equacionando questões referentes à tributação, à unicidade, à representatividade, além da abertura de capital das cooperativas, daremos um importante passo para o fortalecimento tanto da agricultura familiar quanto do agronegócio.

Essas questões estruturais precisam ser enfrentadas a todo custo em nome de um Brasil pronto para os desafios do presente e do futuro.

Eram essas as minhas colocações nesta manhã.

Convida todos para participarem do nosso ciclo de palestras e debates que se iniciará hoje, às 14 horas, na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a pela audiência pública de hoje à tarde, para a qual estamos todos convocados, como também o Senador Requião, pela série de conferências que estão previstas para às sextas-feiras à tarde, em datas que estão sendo agendadas.

Estaremos lá porque noto a importância desse debate sobre a infraestrutura. Percebi no início a importância do meio ambiente e o cuidado que devemos ter para preservar inclusive os nossos portos.

Muito bem. Cumprimento V. Ex^a.

De imediato, passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, falará o Senador Roberto Requião e, na sequência, o Senador Pedro Simon.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a terá a palavra, logo após o Senador Alvaro Dias, pelo tempo que entender necessário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, devo fazer algumas observações nesta manhã sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Cachoeira, que nasceu em circunstâncias já conhecidas e por razões também sobejamente conhecidas, explícitas e implícitas.

É evidente que a motivação para a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito tem duas vertentes. Uma, maliciosa, com objetivos clandestinos, às vezes revelados não pelos que com esses objetivos compactuam, mas por aqueles que os repudiam; e outra, obviamente, também motivada por aqueles que desejam uma investigação para valer, que alcance todos os criminosos, independentemente de siglas, de qualificação profissional, do exercício da atividade que empreendem, seja do setor público seja do setor privado.

Há especulações para todo gosto neste momento. E eu gostaria de começar, Sr. Presidente Paulo Paim, dizendo que, em respeito à população do País, não posso me submeter a qualquer dúvida em relação ao comportamento que sempre adotamos e vamos persistir em adotar de transparência absoluta, de sinceridade em relação às nossas convicções e aos nossos propósitos, oferecendo resposta aos questionamentos da sociedade brasileira.

Por exemplo, quando se fala em acordo, qual é o acordo? Quem participa desse acordo? A generalização é burra e injusta, não contribui. Se há alguém articulando algum acordo, tem que se dizer quem é.

Eu continuo Líder do PSDB e integrante dessa CPMI. Nenhum acordo escuso passa por perto, nenhum acordo escuso tentou passar por perto, porque é evidente que vamos esbofetejar qualquer tentativa de acordo espúrio conosco.

Ora, há quem afirme: "Há um acordo da oposição com o Governo para salvar governadores". Mas salvar que governador?

O PSDB apresentou requerimento convocando Marconi Perillo. O próprio Governador Marconi Perillo pediu para ser convocado e foi atendido pelo seu Partido. O Próprio Governador Marconi Perillo pediu ao Procurador-Geral da República para investigá-lo e o Procurador-Geral da República atendeu o seu pedido.

Que acordo é esse para salvar governador? Que governador? O PSDB, então, participaria para salvar os seus adversários da política? Já que o Governador do PSDB está sendo investigado e o Governador do PSDB se propõe a vir à CPMI, que acordo é esse que beneficia um dos lados?

Eu não gostaria de ser injusto, mas sou obrigado a afirmar que temem a presença de Marconi Perillo nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Temem o que ele possa dizer. Obviamente, ele será questionado sobre denúncias que o colocam nesse esquema Cachoeira, as denúncias conhecidas, publicadas, mas o que não foi publicado e ele pode dizer?

Não é o PSDB que está impedindo que ele venha depor nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Portanto, eu, particularmente, não faria nada que desrespeitasse aqueles que acreditam em mim e me elegem. Eu não admitiria, em nome de partido, em nome de companheiro, comprometer uma história de coerência, em matéria de intransigência no combate à corrupção. Eu já sofri as consequências por adotar essa postura intransigente de coerência e de implacabilidade em relação ao combate que se deve travar contra a corrupção e os corruptos no País e não aceitaria, de forma alguma, me submeter a imposições que comprometesssem as minhas convicções pessoais. Por essa razão estou aqui para repudiar essa história de acordo, dizer que não aceitamos, que não admitimos a hipótese.

Vimos na imprensa algo como "Você é nosso e nós somos teu", diz petista a Cabral. Um cinegrafista muito competente, presente e feliz acabou flagrando um lance de promiscuidade política envolvendo um parlamentar na CPMI com o governador do Rio de Janeiro. A TV flagrou uma mensagem enviada pelo Deputado Vaccarezza ao Governador Cabral durante os trabalhos da CPMI. Isso coloca o governador sob suspeição ainda mais. Por que estaria o governador do Rio necessitando desta colaboração? Por que "você é nosso e nós somos teu"? Isso não torna agora imprescindível a presença do governador para esclarecer os fatos que são noticiados pela imprensa do País? É bom fazer justiça.

A bancada governista é heterogênea nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aliás, eu nunca vi uma Comissão Parlamentar de Inquérito com uma base majoritária tão desmobilizada, ou sem unidade. Há ali parlamentares que atuam com certa independência. Mas o objetivo deste pronunciamento é dizer que nós temos a obrigação de salvar esta CPI. Nós não podemos permitir que ela se afogue na cachoeira da promiscuidade política. Essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem o dever de buscar respeitabilidade para uma instituição que tem sofrido o desgaste reiterado de escândalos que se sucedem.

Sr. Presidente, houve sobrerestamento de requerimentos importantes. É verdade. Nós queríamos que eles fossem votados na reunião de ontem. De outro lado, inúmeros requerimentos foram aprovados. Por exemplo, a quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário da Delta do Centro-Oeste não fará com que cheguemos à matriz da empresa, certamente. Portanto, nem tudo está perdido.

Será inevitável a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fernando Cavendish, a quem estou interpelando judicialmente, e da empresa Delta em todo o País. Esta empresa está no epicentro desse grande escândalo de corrupção. Para fazer jogo retórico, eu

diria, o delta desse rio de corrupção deságua, sim, na cachoeira do crime. Como não? Se houve um momento, consta que o Sr. Cachoeira teria dito: eu sou a Delta.

Ele tinha uma sala reservada na sede da empresa. Há suspeita de ser ele sócio oculto da empresa. Se não é sócio oculto, é o grande lobista parceiro da empresa, com recursos significativos repassados e já comprovados nos bastidores da CPI para pelo menos três empresas fantasmas; recursos que superam R\$39 milhões.

Um dos diretores da empresa está preso. Portanto, não há apenas indícios de corrupção, de promiscuidade entre a empresa Delta, o esquema Cachoeira e o Poder Público. Há comprovação, provas. Se há prisão, é porque há prova. Não há prisão sem prova. Há prova sem prisão, mas não há prisão sem prova. Eu não conheço. Existem erros, mas esses são exceções e não a regra. Nesse caso, certamente, não há erro porque há farto material de prova que justificou a prisão do diretor Cláudio de Abreu da Delta.

No próximo dia 5, há um compromisso do comando da CPI de colocar em deliberação esses requerimentos. São essenciais. É evidente que dirão: aprovaram a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos pequenos, ou seja, dos coadjuvantes, e pouparam os maiores, os artífices principais do escândalo de corrupção. É uma verdade parcial, porque teremos a oportunidade de aprovar à frente.

Os requerimentos que dizem respeito a governadores também serão submetidos. E esse é um compromisso.

Eu não creio que essa pressão que haverá de crescer, pressão de opinião pública, exposta pela imprensa brasileira, possa permitir que os integrantes desta CPMI se tornem cúmplices desse crime ou dos crimes, porque há uma seleção de crimes. O Código Penal será exaustivamente consultado pelos especialistas que terão que defender criminosos acusados neste processo, que começa com a Polícia Federal, Ministério Público e desaguará no Poder Judiciário, e que terá, sim, a contribuição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Podem afirmar e trabalhar contra ela, que terminará em pizza. Mas há que se reconhecer o esforço de alguns que não jogarão a toalha, que não se entregarão antes do tempo e que persistirão na tentativa de revelar fatos, de colocar o mal à luz, para que ele possa ser combatido, denunciado, julgado e condenado.

Este é o nosso papel. Esta é a nossa missão, e dela não vamos abrir mão. Não vamos desistir sem lutar até o final, para que esta CPMI cumpra pelo menos este papel preponderante, o de conferir transparência.

Ontem, Senador Requião, aprovamos um requerimento de minha autoria, subscrito pela maioria dos integrantes da CPMI, que pede ao Supremo Tribunal Federal a revogação do segredo de justiça para esses inquéritos decorrentes da Operação Vegas e da Operação Monte Carlo, porque há fatos relevantes que justificam e o interesse público recomenda. E, de outro lado, não há mais segredo, não há mais sigilo, muito já se revelou. O que não se revelou não é parte do inquérito e não vai se revelar se a CPMI não investigar. O que não se revelou diz respeito à corrupção na administração pública, especialmente tendo como matriz a Delta, a empresa Delta.

Portanto, não investigar de forma ampla e em profundidade a empresa Delta é transformar essa CPMI numa verdadeira farsa, e isso nós não podemos deixar que aconteça.

Eu vou conceder um aparte ao Senador Requião antes de prosseguir.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias, eu tenho a impressão de que nem cultos ecumênicos salvam a CPMI da Delta. Eu sou doutor em CPI. Eu fui o relator da mais célebre CPI da história do Senado da República no meu primeiro mandato. Mas era uma CPI singular. Singular, porque ela não partia desse abundante material já investigado pela Polícia Federal. E singular porque era apenas do Senado. Então, o que me faz desacreditar na CPI, inicialmente, é o seu próprio tamanho: uma CPI mista, 60 parlamentares envolvidos. Agora, a expectativa que a população tem em relação a uma CPI, Senador Paim, deriva também da falsa compreensão do que seja uma comissão parlamentar de inquérito. A opinião pública fica esperando prisões. A CPI não prende; a CPI investiga; a CPI esclarece; a CPI propõe mudanças na legislação para impedir que os fatos investigados se repitam. Quem pede a prisão é o Ministério Público; quem a determina é o Judiciário, no fim de um processo legal. Agora, a comissão parlamentar de inquérito, funcionando muitas vezes em sigilo, é absolutamente ridícula. E, fundamentalmente, esse estabelecimento de um foco em cima do Sudoeste e a tentativa de impedir que a Delta seja investigada em outros Estados brasileiros desacredita de forma absoluta todo esse processo. A impressão que eu tenho é que o sigilo do Cavendish, do Cachoeira, da própria empresa, quebrado, vai revelar em profundidade o envolvimento do processo político brasileiro com esse jogo de financiamento privado através de empreiteiras. Privado, eu disse, Senador? Enganei-me! É dinheiro público, conseguido por meio do superfaturamento, da corrupção nas obras do País inteiro. Por exemplo, lá, no Paraná, a Delta trabalhou bem, não quando fui Gover-

nador, porque, quando fui Governador, uma denúncia feita pelo Governo do Estado do Paraná determinou a prisão do Cavendish e de todos os empreiteiros da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas (Apeop). Mas eles estavam envolvidos com o jogo, com a liberação do jogo, com o secretariado do governador que me antecedeu, com a legalização de bingos, com a instituição de um tal de totobola, já tinham tomado conta da loteria estadual, que fui obrigado a extinguir porque não acreditava mais que pudesse haver alguma coisa séria ali dentro. Então, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem de abrir, inicialmente, o sigilo bancário e fiscal de todos esses envolvidos. Acho que a oitiva, inclusive, dos governadores deve ser posterior à quebra do sigilo, porque a quebra do sigilo que dará as informações iniciais para que eles sejam interrogados. Mas, uma CPI de 60 pessoas, onde alguém declara... Até pediria a V. Ex^a que me esclarecesse de onde veio esta declaração que vi nos jornais, hoje. É de um deputado para mim desconhecido que, se dirigindo a um governador, diria, "você é nosso, e nós somos teu". Não sei quem foi capaz de dar uma declaração dessas. Aliás, não foi bem uma declaração; foi uma câmera do SBT que flagrou no telefone celular do personagem. Como podemos levar a sério isso? Não era o caso de a CPMI, reunida, ter imediatamente eliminado esse personagem do processo? Pois ele está sob absoluta suspeição. Como é que ele vai poder votar nesse processo depois que foi flagrado numa declaração explícita de proteção de outro personagem? Então, Senador Alvaro Dias, vamos solicitar aos ouvintes da Rádio Senado, aos expectadores da TV Senado que organizem cultos ecumênicos para a salvação da CPMI, mas acredito que nada disso vai ter resultado. Ela é grande demais, há um envolvimento profundo de todos os partidos nesse esquema de corrupção e dificilmente ela irá a algum lugar que não seja a desmoralização do Congresso Nacional.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Senador. Primeiramente, eu diria que não sou professor de CPI, sou aluno e continuo aprendendo, mas tenho fé e esperança de que a CPMI, por mais heterogênea que seja, por mais ampliada que tenha sido, possa prestar uma contribuição importante, sobretudo mantendo na ordem do dia o escândalo, e convocando, pela pressão da sociedade, as autoridades judiciárias à responsabilidade.

A CPI tem um papel de natureza política, que pode ser mais eficiente e menos eficiente, mas dificilmente uma CPI deixar de prestar contribuição. Essa mesma já está prestando a contribuição do debate, da manutenção do escândalo à luz, porque senão ele será esquecido, especialmente num País em que o escâ-

dalo de hoje faz esquecer o de ontem e espera o de amanhã para ser esquecido. Aqui está manchete do jornal hoje: "Carona de empresário complica Pimentel". Os escândalos se sucedem e são esquecidos.

Hoje, fala-se no escândalo Palocci? Ou no escândalo no Ministério da Agricultura? No Ministério do Turismo? No Ministério das Cidades? Enfim, quantos ministros sucumbiram no ano passado e o parlamento brasileiro não instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar corrupção?

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senador, perdoe-me a interrupção. Não houve uma carona do empresário, tudo não passou de uma consultoria aérea.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Requião já deduz que essa viagem tinha o propósito da consultoria, quem sabe a consultoria aérea seja mais inspirada que a terrestre; mas próximas dos céus certamente as pessoas se inspiram mais.

Portanto, a meu ver, a principal tarefa da CPI é a transparência. Por essa razão, lutamos para a revogação do segredo de justiça. Em outros países há dispositivos constitucionais que tratam desse instituto de forma diferente. Na França, por exemplo, nesse caso não existiria CPI, porque a constituição francesa estabelece que assim que o Ministério Público assume a responsabilidade, adota procedimentos para investigação judiciária, a CPI, se instalada, encerra os seus trabalhos sem conclusão.

No Brasil é diferente: a CPI é a contribuição da investigação política, que tem, sobretudo, a meu ver, o sentido de convocar a sociedade a pressionar os agentes públicos que terão a missão da responsabilização civil e criminal daqueles que, eventualmente, praticaram crimes, ilícitos penais e serão submetidos a julgamento no Poder Judiciário. Portanto, eu não desisto, Sr. Presidente; nós vamos prosseguir.

Antes de fazer referência a fatos ocorridos ontem, quero dizer que, realmente – concluindo o aparte do Senador Requião –, se nós não submetermos a Delta à ampla investigação nessa CPI, ela poderá ser carimbada com o rótulo da farsa, porque a Delta é a razão maior da existência dessa CPI, já que, para investigar o crime no Estado de Goiás, investigar a contravenção, jogos, a Polícia Federal trabalhou mais de três anos, aprofundou as investigações, realizou diligências e apreensões, reuniu farto material de prova.

O que falta agora é avançarmos para as hostes do Poder Público, chegarmos ao cenário da corrupção administrativa, ativa e passiva, nessa relação espúria do setor público com o setor privado, tendo à frente a empresa Delta e o Sr. Fernando Cavendish, que diz que compra políticos, que compra Senadores.

E essa CPI não vai ouvi-lo? Não restará dignidade a essa instituição se o Sr. Fernando Cavendish não for convocado para depor. Ele se recusou a responder à interpelação judicial à Justiça do Rio de Janeiro, que contra ele moveu juntamente com a Senadora Ana Amélia – interpelação judicial com queixa-crime. A Justiça do Rio não conseguiu ouvi-lo; ele não respondeu. A Justiça determinou que os autores fossem intimados, e o Ministério Público também, para prosseguir com a queixa-crime. Ainda não fui intimado; aguardo essa intimação, mas espero que, antes disso, a CPI convoque o Sr. Fernando Cavendish, em nome da Delta, para dizer qual foi o milagre desse crescimento gigantesco em pouco tempo no Rio de Janeiro e em outros Estados.

A Delta alcança 23 Estados da Federação, com serviços de limpeza pública, aluguel de veículos e, principalmente, obras superfaturadas. No Paraná, Senador Requião, há uma obra, num trecho que liga Marechal Cândido Rondon a Guairá – são 64km, com reparação, melhorias –, orçada em R\$115 milhões. É um governo generoso demais!

Não há como não investigar! Se o Sr. Cachoeira diz: “eu sou a Delta”, e a Delta tem esses benefícios, esses favores do Poder Público, como não investigá-la na plenitude das suas ramificações? Quanto cresceu nos últimos anos?

No Dnit, por exemplo, em cinco anos, R\$4,1 bilhões empenhados, de 2007 a 2012, com uma elevação de valores da ordem de 60% em razão de aditivos imorais.

Como não investigar, como não quebrar o sigilo?

Mas eu queria, antes de concluir, Presidente – e peço a V. Exª apenas três ou quatro minutos – comentar que, ontem, tivemos um debate sobre liberdade de expressão, liberdade de imprensa, naquela Comissão Parlamentar de Inquérito. Em relação a isso, ganhou a liberdade de imprensa.

Houve a tentativa de se convocar um jornalista, Policarpo Junior, e quebrar o seu sigilo telefônico, como se fosse um dos criminosos do esquema Cachoeira. Foi uma afronta! Uma afronta que foi repudiada e derrotada na CPI, porque se trata de ferir bens protegidos pela legislação: liberdade de imprensa e a fonte da informação. O direito fundamental diretamente afetado seria o sigilo da fonte de informação. O direito fundamental indiretamente afetado: liberdade de expressão.

E nós teríamos, se aprovássemos, se acolhêssemos essa velada pretensão de ameaçar a imprensa, como se ela fosse passível de ameaças e não tivesse a ousadia para reagir às ameaças, afrontado a liberdade de expressão.

Constituição Federal (art. 5º, inciso XIV) “Dos direitos e garantias fundamentais: (...) É assegurado a

todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (art. 8º). “Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade das suas fontes de informação”.

E essas fontes podem ser, como disse ontem a Senadora Kátia Abreu, Deus ou o demônio. O jornalista tem que buscar a informação onde ela esteja. Se estiver no inferno, o jornalista, se puder, tem que ir ao inferno. É o seu dever buscar as informações. É claro que tem que ir ao Cachoeira buscar as informações. Este é o Código de Ética dos Jornalistas, portanto.

Código de Conduta dos Jornais (item 7): garantia de preservar o sigilo de suas fontes.

Código Civil (art. 144): “Ninguém pode ser obrigado a depor sobre fatos, a respeito dos quais, por estado ou profissão, deva guardar segredo”.

Exigir de um jornalista que deponha para revelar suas fontes!

Código de Processo Civil (art. 406). “A testemunha não é obrigada a depor de fatos (...) a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo”.

Código de Processo Penal (art. 207). “São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho”.

Convenção Americana de Direitos Humanos (artigo 13):

“Liberdade de pensamento e de expressão. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza (...) Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa (...)”.

Declaração Universal dos Direitos Humanos: (artigo XIX): “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Sr. Presidente, como não tive tempo ontem, na CPI, já que tivemos três minutos para defender nossa posição e nosso voto, registro aqui, hoje, os elementos sobre os quais fiz referência na exposição de motivos que nos levava a repudiar a tentativa de convocar um jornalista ou quebrar o seu sigilo, já que sobretudo os delegados que realizaram as Operações Las Vegas e

Monte Carlos foram peremptórios ao firmar que, nas investigações, encontraram apenas a presença de jornalistas cumprindo o seu papel de investigar, exercitando a sua profissão, sem nenhum ilícito praticado. Portanto, seria um despropósito a aprovação de requerimento desta natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Alvaro Dias.

Convidado o Senador Roberto Requião a usar a tribuna pelo tempo que for necessário.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, registro a presença dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe Jardim Botânico de Brasília.

Sejam bem-vindos aqui ao Parlamento!

Vocês assistiram ao Senador Alvaro Dias comentando a CPI; agora, falará o ex-Governador do Paraná e Senador Roberto Requião, Presidente também do Parlasul aqui no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, Senador Paim, concordar com o Senador Alvaro Dias: na busca da informação, o jornalista pode procurá-la no céu ou no inferno. E eu digo isto na qualidade de jornalista diplomado. Mas, no entanto, eu não posso concordar que o jornalista passe a ser um agente do diabo, um seletor de informações, um participante de uma quadrilha de desinformação para motivar a opinião pública no sentido de apoiar os interesses que representa. E os interesses da grande imprensa brasileira são conhecidos, ligadas aos grandes grupos econômicos e aos grandes bancos.

E eu trago aqui a minha experiência como Relator da CPI dos Títulos Públicos, a famosa “CPI dos Precatórios”. Eu, sem direito de resposta, fui agredido pela *Veja* e pela *Isto É*. Fizeram uma matéria em que acusavam a minha mulher de ter mandado recursos para fora do Brasil. Telefonaram-me antes, e eu mandei os documentos da origem dos recursos, participação da herança da minha mulher, da sua irmã que morava na Califórnia. Os documentos foram ignorados, queriam desacreditar o acusador da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos públicos. A grande imprensa estava, evidentemente, durante todo o tempo ao lado dos predadores, ao lado do roubo, ao lado das quadrilhas.

Não podemos confundir o direito de investigação do jornalista com a participação em uma *societas sceleris*, com a participação em um conluio para, setivamente, denunciar determinadas pessoas, divertindo a opinião pública – do italiano *divertere*, desviar do que importa.

Esta CPI, para ser verdadeira, tem que quebrar, sim, o sigilo dos governadores, dos políticos, da *Veja*, do Roberto Civita e do Policarpo, para sabermos até que ponto estavam envolvidos em conluio organizado para a predação de recursos públicos, a quem protegiam, o que denunciavam e a que interesses serviam.

Achei magnífico o discurso do Senador Alvaro Dias, mas, se é para fazer uma abertura, trazer a verdade, que se traga por inteira, e não parcialmente.

Que história é essa de confundirmos a liberdade do repórter com a liberdade da calúnia e da difamação, quando personagens inquinados e denunciados não têm sequer o direito de resposta?

Eu fui objeto, na tentativa de desmoralização da CPI dos Títulos Públicos, de páginas da revista *Veja*. Nunca pude responder a essas acusações! Ah, sim, processse, peça o direito de resposta, para ter o sucesso do Brizola, que conseguiu direito de resposta cinco anos depois do fato. É evidente que não é esse o caminho.

E me perdoe o Senador Alvaro Dias. Concordo com tudo o que ele disse, desde que a sua vontade e o seu desejo de investigação sejam completos, e não seja o desejo de acobertar uma imprensa ligada, em conluio evidente e claro, ao crime organizado, aos interesses econômicos, aos interesses financeiros e do grande capital no Brasil.

Mas, não foi esse o motivo que me levou a pedir um espaço para uma breve e urgente comunicação.

Eu ainda, Senador, acredito que, se essa CPI se desse ao respeito, teria imediatamente promovido a exclusão do famoso Deputado que fez a declaração exposta pelos jornais, ontem, e filmada pelo SBT. A manutenção do Deputado na CPI tira completamente a credibilidade desse processo.

Mas o motivo da minha intervenção hoje é utilizar a tribuna do Senado para fazer uma convocação.

A Grécia está renovando suas eleições e rompendo com a Zona do Euro, provavelmente abandonando a moeda comum do Mercado Comum Europeu. A Espanha está em recessão. A Presidente Dilma luta para derrubar os juros enquanto os bancos sobem suas taxas internas. A tal “marolinha” se transforma em um “marolão” e ameaça a estabilidade da economia no mundo, não só a brasileira. E nós temos de aprofundar os exames das causas, dos efeitos e das soluções.

A Comissão que eu presido, a Seção Brasileira do Parlasul, realiza hoje, às 16h, um seminário para investigar e analisar soluções possíveis em defesa da economia brasileira e do povo brasileiro, com o economista Carlos Lessa, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o jornalista Mauro Santayana. Será a primeira de uma série de três reuniões. A próxima será dia 25 e a última, dia 1º de junho.

E eu quero, usando esta tribuna, chamar a atenção dos espectadores da TV Senado para que sintonizem nossa televisão hoje às 16h. E nós vamos tentar também, se conseguirmos quebrar um sigilo colocado no sistema de nosso Prodases (sistema de informática do Senado), paralelamente fazer uma Twittica, ou seja, nós queremos abrir esse seminário para a consideração dos telespectadores e dos usuários da Internet no Brasil e deste Cone Sul latino-americano: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Então, o motivo de minha atenção é exatamente este: chamar atenção para o seminário.

Agora, como diria Mussolini a Claretta Petacci: "Não nos venha [o PSDB] de borgueins ao leito". Investigação de verdade não exclui ninguém. Liberdade de imprensa e de informação não significa direito de formação de quadrilha. *Societas sceleris* não é imprensa! E chamo atenção do Plenário do Senado para meu projeto de direito de resposta. Não quero censura de espécie alguma, mas desejo garantir a cada pessoa difamada ou citada, de forma desaforosa no meio de comunicação, o direito da resposta imediata e rápida. É o direito ao contraditório que existe em juízo.

Agora, fiquei impressionado com o encaminhamento do discurso do meu amigo, Senador Alvaro Dias, até a grande decepção quando ele mostra sua parcialidade. A parcialidade em defesa de um dos aspectos das quadrilhas que se organizam para predar o País, a quadrilha que, evidentemente, está organizada na imprensa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Roberto Requião.

Neste momento, a Presidência passa a ler os seguintes ofícios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica às Sr^{as}s e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 28 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 124 anos da Abolição da Escravatura.

Senador Roberto Requião, se V. Ex^a quiser presidir, eu gostaria de convidá-lo para que eu possa falar.

V. Ex^a poderia já concluir estes ofícios. Vou apresentar mais um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa a Deputada Jandira Feghali, como membro suplente, em vaga destinada ao Partido da República – PR, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 568, de 2012, conforme o **Ofício nº 334, de 2012**, da Liderança do Partido, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 334/2012 – LPR

Brasília, 17 de maio de 2012

Assunto: Indicação de Membro Suplente de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelênci no sentido de indicar a Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) como membro suplente na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória nº 568, que "Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Brasileiro do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações e adicionais que menciona, e dá outras providências" na vaga do PR.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Lincoln Portela**, Líder do Bloco Parlamentar PR/PT do B/PRP/PTC/PHS/PRTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido, neste momento, o Senador Roberto Requião a assumir a Presidência. Há alguns ofícios que ele vai encaminhar.

Eu usarei da palavra, e o Senador Pedro Simon está vindo também para usar da palavra. Daí podemos revezar, se necessário for.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas é isto, Senador Paim: uns defendem os seus governadores, os seus partidários, e outro, órgãos da imprensa privada negociar o que lhes dá cobertura. Por isso, o meu descrédito com essa comissão parlamentar de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa a Deputada Iracema Portella, como membro titular, em substituição ao Deputado Arthur Lira e a Deputada Aline Corrêa, como suplente em substituição ao Deputado Jerônimo Goergen, respectivamente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 570, de 2012, conforme o **Ofício nº 309, de 2012**, da Liderança do Partido Progressista – PP, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 309

Brasília, 17 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Iracema Portella (PP/PI) como Titular e a Deputada Aline Corrêa (PP/SP) como Suplente na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MPV nº 570, de 14 de maio de 2012, em substituição ao Deputado Arthur Lira (PP/AL) como Titular e o Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) como Suplente.

Atenciosamente, – Deputado **Arthur Lira**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa os Deputados Márcio Macêdo e Pedro Uczai, como membros titulares, em substituição aos Deputados Jilmar Tatto e Henrique Fontana, respectivamente, e os Deputados João Paulo Lima e Amauri Teixeira, como suplentes, em substituição aos Deputados Janete Rocha Pietá e Beto Faro, respectivamente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 570, de 2012, conforme o **Ofício nº 273, de 2012**, da Liderança do Partido dos Trabalhadores – PT, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 273/PT

Brasília, 17 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Deputados Márcio Macedo – PT/SE e

Pedro Uczai – PT/SC, como titulares e os Deputados João Paulo Lima – PT/PE e Amauri Teixeira – PT/BA como membros suplentes na Comissão Mista que vai analisar a MP nº 570/12 que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e dá outras providências.

Atenciosamente, – Deputado **Jilmar Tatto**, Líder da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento ao expediente subscrito pelos Presidentes das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, altera o despacho inicial do **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2012**, a fim de encaminhar a matéria ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa, bem como determina que o estudo da proposição seja feito em reunião conjunta dos referidos colegiados, nos termos do art. 49, II, do Regimento Interno.

É o seguinte o Expediente:

Brasília, 7 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Ao renovar nossos cumprimentos, solicitamos a Vossa Excelência a reelaboração do despacho ao PLS nº 123, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que “Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências”, para que, nos termos do art. 49, II, do Regimento Interno, seja encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa, com a determinação que o seu estudo seja feito em reunião conjunta.

Atenciosamente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da CCJ – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da CCT – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, primeiro, quero dizer que estarei, a seu convite, participando, como membro do Parlasul, da importante audiência pública hoje, às 16 horas, que vai debater a economia e suas tendências em nível mundial e, naturalmente, sua repercussão no Brasil.

Sr. Presidente, agora, na tribuna, neste momento, quero primeiro dizer que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, já fiz, da Presidência, uma defesa de um ativista do meio ambiente que está preso na Alemanha e fiz um apelo pela liberdade dele, porque foi preso porque defende, principalmente nesse caso, a vida das baleias, dos tubarões, dos golfinhos e acabou batendo de frente com os interesses econômicos que fazem da matança dos nossos animais na terra, na água, nos mares e oceanos um meio de lucro. Tanto que aqui, no Brasil, recentemente, foram apreendidas milhares de barbatanas que estavam sendo mandadas para a Ásia.

Mas, Sr. Presidente, hoje, então, é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Dia 18 de maio, dia nacional desse combate. A data foi escolhida para homenagear a menina Aracelli Cabrera Sanches Crespo, brutalmente assassinada nessa data, aos nove anos, na cidade de Vitória, Espírito Santo, em 1973. O corpo da menina foi encontrado seis dias após o crime, completamente desfigurado e com demonstrações de abuso sexual. Os assassinos nunca foram presos.

No ano passado, o Governo Federal apresentou estudo sobre o tema e constatou a existência de denúncias em 2.798 Municípios brasileiros, sendo que a região Nordeste apresenta o maior número de Municípios (34%), seguida pela região Sudeste (30%), Sul (18%), Centro-Oeste (10%), e Norte (8%). No estudo, foram considerados os casos de prostituição, pornografia, tráfico para fins sexuais e exploração no contexto do turismo.

Os dados são do Disque Denúncia – Disque 100, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, um material muito bem elaborado, que está sendo muito bem utilizado por todos aqueles que sofrem qualquer tipo de ameaça ou violência. O que o Disque Direitos Humanos 100 garante? Primeiro, o Disque Direitos Humanos é um serviço da Ouvidoria Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que atende toda população, de forma gratuita, pelo telefone 100. Se você tiver alguma denúncia para fazer sobre abu-

so sexual ou qualquer tipo de agressão a você, use o número 100. A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer telefone, fixo ou celular, em todo território nacional. O serviço funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados. O Disque Direitos Humanos 100 acolhe denúncias de violação aos direitos humanos, registra manifestações e também reclamações e sugestões, além de informar à população sobre seus direitos, o que pode ser feito e qual deve ser o primeiro passo, mediante qualquer tipo de ameaça. Atende todos, população em situação de rua, pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e todos que são discriminados, sejam por orientação religiosa, sejam por orientação sexual, negros, lésbicas, gays, bissexuais, enfim, todos. Esse é o Disque 100 e, por isso, o nosso destaque e nossos cumprimentos à Ministra Maria do Rosário.

De acordo com os dados do Disque Denúncia 100, no período de 2005 a 2010, foram registrados em torno de 26 mil casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Entre as capitais, o ranking de cidades que mais denunciaram é liderado por Salvador, com o maior número de denúncias, seguida por Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo e Natal. Repito: temos que enfrentar esse problema, que é gravíssimo no Brasil e no mundo, com todas as nossas forças, com todas as possibilidades que o Estado brasileiro possui. Não aceitamos, não podemos permitir a exploração sexual e temos a obrigação de fomentar a criação de políticas públicas efetivas de proteção, principalmente, às nossas crianças e aos adolescentes.

O Governo Federal está capacitando profissionais da saúde e das áreas sociais para que desenvolvam trabalhos de estímulo à denúncia da exploração sexual. Isso é louvável. O nosso País está avançando. Fizemos muito, mas ainda há muito por fazer.

Quero destacar que, ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovamos o PL nº 495, de 2011, de autoria do nobre Senador Renan Calheiros, de que tive alegria de ser relator em duas Comissões. O projeto amplia a punição pela exploração sexual de crianças e adolescentes e altera o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer pena de reclusão, que dobrou, foi de 6 para 12 anos – antes era de 3 e 6 –, para quem submeter menores à prostituição ou explorá-los sexualmente. A pena também será aplicada a quem estimular tais práticas pela Internet. Isso consta no relatório do projeto de autoria do nobre Senador Renan Calheiros, que tive, repito, a alegria e a satisfação de relatar. Digo alegria porque é importante penalizar esses criminosos, mas

é com tristeza que tenho de dizer que temos de fazer uma lei cada vez mais dura, de tanto que é o abuso.

Lembro que também é oportuno explicitar na Política Nacional de Turismo a disposição de combater a exploração sexual de meninas e meninos.

Ao estimular a realização de campanhas de esclarecimento, como diz o projeto, e combate a essa prática e incluir a prevenção e o combate ao turismo sexual de crianças e adolescentes entre os objetivos da Política Nacional de Turismo, o projeto vem ao encontro da necessidade de reforçar as ações preventivas e coercitivas indispensáveis, inclusive, para garantir o sucessos dos grandes eventos políticos, esportivos, culturais, internacionais que serão sediados no Brasil, principalmente, no caso, a Copa e as Olimpíadas.

O projeto, agora, vai ser examinado pela Comissão de Justiça do Senado da República.

Sr. Presidente, quero ainda, aproveitando este período – o Senador Simon pediu que nós, dentro do possível, aguardássemos a chegada dele –, uma vez que tenho um pronunciamento para fazer, quero falar sobre um tema que venho olhando com muito carinho. V. Ex^a, eu diria, é um especialista nessa área, que vai mais no campo da economia. O próprio seminário de hoje à tarde vai acabar apontando, também, caminhos nesse sentido.

Quero falar um pouco agora, Senador Roberto Requião, sobre a importância do início do debate que nós estamos fazendo aqui no Congresso sobre o pacto federativo.

O Senado Federal, com a constituição da Comissão Especial do Pacto Federativo, dará, num curto prazo, espero eu, uma grande contribuição para que avancemos em relação à redução dos desequilíbrios regionais e à promoção do desenvolvimento nacional, econômico e, por que não dizer, político.

Esse encaminhamento vai poder oferecer alternativas para pôr fim a uma guerra fiscal predatória entre os entes federados e propor uma nova política para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

De fato, todos nós sabemos, Senadores e Senadoras, a comissão instituída pelo Presidente da Casa, Senador José Sarney, integrada por juristas, tributaristas e outros renomados estudiosos e comandada pelo gaúcho e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, reúne as condições para dar subsídios a nós, Senadores e Deputados, para a construção de um novo modelo de pacto federativo.

Esse novo pacto deverá viabilizar os compromissos financeiros dos entes federados, além de atender aos preceitos constitucionais da redução das desigual-

dades, como convém a uma democracia fraterna, pluralista e que defende os direitos humanos.

Com a criação e, consequentemente, o funcionamento da Comissão Especial do Pacto Federativo, o Senado pode dar um grande passo também para corrigir uma situação de grave inconstitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que é a vigência da Lei Complementar 62, de 1989, e, assim, cumprir a própria recomendação daquela Corte de fixar novos critérios de rateios para o Fundo de Participação.

É oportuno lembrar que a Lei Complementar nº 62, há dois anos julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, revogou artigos do Código Tributário Nacional então vigente e estabeleceu critérios provisórios de rateio dos repasses federais.

Os dispositivos revogados previam o ajuste periódico das cotas desse fundo, de forma a corrigir situações de desequilíbrio, levando em conta o aumento populacional dos entes federados e o desempenho na renda *per capita*.

Comunico à Casa que o Senador Pedro Simon não poderá estar conosco, mas nos acompanha pela TV Senado e nos cumprimenta, Senador Requião.

Entretanto, a citada lei complementar, que revogou os dispositivos anteriores, estabeleceu coeficientes fixos que deveriam ser aplicados até o exercício de 1991. Esses coeficientes, entretanto, nunca mais foram revistos e se tornaram defasados ao longo desse período.

A decisão, consequentemente, do Supremo Tribunal Federal de considerar inconstitucional a Lei Complementar nº 62 ocorreu em 24 de fevereiro de 2010. Mas, assim mesmo, não obstante esse juízo, a Suprema Corte manteve a vigência dos critérios de rateio até 31 de dezembro do corrente ano, por considerar que a suspensão imediata dos repasses da União provocaria grandes danos às economias estaduais.

No julgamento, o Supremo Tribunal Federal considerou, também, que esse prazo de quase três anos seria suficiente para que o Poder Legislativo pudesse revisar os critérios de partilha do Fundo Constitucional.

No que concerne às dívidas dos Estados, a questão remonta à década de 90 e às renegociações realizadas à época, consubstanciadas na Lei nº 7.976, de 1989, e na Lei nº 8.727, de 1993, e, principalmente, na de nº 9.496, de 1997, uma vez que as duas anteriores não se mostraram suficientes para conter o lamentável endividamento impagável da maioria dos Estados, inclusive do meu, o Rio Grande do Sul.

Entre 1989 e 1998, de acordo com os economistas Francisco Rigolon e Fabio Giambiagi, a dívida dos Estados e Municípios passou de 5,8% para 14,4% do

Produto Interno Bruto, o que nos dá uma ideia de quanto era grave a situação dos entes federados.

Discordo, Sr. Presidente, e aqui confesso, de muitas das posições do economista Giambiagi, inclusive quanto à Previdência. Aí é a água e o incêndio em relação às posições dele e a minha, porque ele sempre diz que a Previdência está quebrada e eu disse que nunca estava, tanto é que agora estão tirando o dinheiro da Previdência de forma aberta para inúmeras outras atividades, desonerando a folha quase que 100%, e a Previdência continua viva. Então, economista Giambiagi, você sabe das nossas divergências, destaco aqui, mas digo que nesta questão você está com toda razão.

Enfim, Sr. Presidente, basicamente, o endividamento dos Estados decorreu de problema de gestão nas finanças públicas, o que evidenciaram com a implementação do Plano Real, em 1994. A instabilidade da moeda deu maior visibilidade às dívidas dos entes federados, que até então se beneficiaram da inflação para acomodar as despesas das receitas disponíveis. Além disso, as elevadas taxas de juros praticados para manter o controle inflacionário elevaram, é claro, de forma contundente as dívidas dos Estados.

O agravamento dessas dívidas deu origem à citada Lei nº 9.496, que ficou conhecida com a renegociação de 1997, a qual, apesar das especificidades de cada Estado, fixou um conjunto de normas comuns, entre as quais parcelamento da dívida até 360 meses, pagamento mensal das prestações com base na Tabela Price correspondente à soma da amortização e dos juros, taxas de juros, na grande maioria dos casos, de 6% ao ano, a correção mensal da dívida pela correção do Índice Geral de Preços.

Essa negociação, Sr. Presidente, envolveu 77,9% de toda a dívida dos Estados e Municípios tomando-se como base o ano de 1998. Sua proporção pode ser medida também pelo PIB, pois a soma negociada representava 11,3% desse indicador. Os Estados mais ricos da federação eram também os mais endividados e responderam por quase 90% do volume renegociado em termos brutos.

É importante lembrar que a renegociação não se limitou a um ajuste financeiro, mas também fiscal e patrimonial, contemplando metas e incentivos para a geração de superávits primários, além da venda de ativos.

À época, previa-se um cenário macroeconômico favorável, que possibilitaria aos Estados crescer em ritmo suficiente para que os pagamentos pudessem cobrir os juros e as amortizações.

Esse conjunto de medidas permitiu que, ao final da década, os Estados se integrassem ao esforço da União para equilibrar as finanças públicas e garantir a

estabilidade econômica, além de contribuir para debelar a crise financeira de 1998. Posteriormente, as dívidas municipais seriam também refinanciadas, nos mesmos moldes das estaduais, por meio da Medida Provisória, lembro-me, se não me engano, nº 2.185-35, de 2001.

Hoje, Sr's e Srs. Senadores, a principal queixa dos Estados e Municípios refere-se ao saldo ainda elevado, após 15 anos de pagamento da dívida, embora esses valores tenham apresentado queda significativa, como proporção do PIB, nos últimos dez anos.

Os Estados questionam por quanto tempo ainda será necessário manter os superávits destinados ao pagamento dos encargos financeiros, impossibilitando que esses recursos possam ter outra destinação, especialmente os investimentos na área social pública.

Basicamente, os Estados queixam-se, com razão, da indexação da dívida pelo IGP-DI, cuja variação nos últimos anos teria superado o próprio IPCA.

Uma das propostas seria a troca do indicador atual pela taxa básica de juros fixada pelo Banco Central, a Selic, mas alguns economistas advertiram também que essa mudança poderá se mostrar adversa ao longo prazo.

Caberá ao Conselho Especial do Pacto Federativo, Sr. Presidente, entre outras medidas, sugerir um indicador mais favorável aos Estados endividados, alguns dos quais correm o risco de uma futura inadimplência. Entre eles está o Rio Grande do Sul.

A análise da dívida em separado, por unidade federativa, revela situações diferentes, mantendo embora a concentração nos quatro Estados de economia mais significativa, conforme constatado à época da renegociação. Os saldos do final de 2010 – último ano com informação disponível para todos os entes federados – mostram que os Estados mais endividados – como eu já havia alertado, e não tinha retirado o meu Estado desse debate – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul respondiam por 76,8% do passivo.

Essa informação deve ser confrontada com as respectivas receitas correntes líquidas para melhor avaliação da capacidade de pagamento de cada uma dessas Unidades. E, nesse aspecto, Sr. Presidente, mais uma vez lembro que a situação do meu Estado do Rio Grande do Sul, que tenho a honra de representar aqui juntamente com o Senador Simon, Senadora Ana Amélia, é preocupante, muito, muito preocupante.

Em dezembro de 2010, os quatro maiores devedores, pela ordem, eram os Estados de São Paulo, com dívida de R\$152,727 bilhões, que representa 37,8% do saldo renegociado; Minas, R\$60,499 bilhões, ou 15%; Rio de Janeiro, com R\$53,437 bilhões, ou 13,3% da dívida; Rio Grande do Sul, lamentavelmente, também

com uma dívida de R\$43,437 bilhões, que perfaziam 10,7% da dívida, também impagável.

Para termos uma ideia do quanto representa a dívida desses quatro Estados, basta dizer que a quinta maior dívida era do Paraná, com uma participação de 3,7% da dívida consolidada. V. Ex^a, Senador Requião, mais do que ninguém conhece esse quadro.

A situação do Rio Grande do Sul fica mais crítica quando se analisa a relação entre a dívida líquida consolidada e a receita corrente líquida, um indicador mais consistente, embora não definitivo, para avaliar a capacidade de pagamento.

Aqui, deve-se lembrar que a Resolução nº 40/2001, desta Casa Legislativa, estabeleceu que os entes federados devem apresentar uma relação entre dívida e receita inferior a 2 a partir de 2016, que já está se aproximando.

O Rio Grande do Sul, com base nos dados de 2010, é o único ente federado que ficou acima do índice estipulado, com 2,14, seguido por Minas, com 1,82, Alagoas, com 1,62, Rio de Janeiro, com 1,56, e São Paulo, com 1,30.

Essa análise, Sr. Presidente, evidentemente, não encerra um valor definitivo, mas é indicativa de que esses Estados podem ter sérias dificuldades para honrar seus compromissos perante a União.

Nossa expectativa – e aí estou indo para o encerramento, Sr. Presidente – é de que a Comissão Especial do Pacto Federativo proponha um indexador adequado para evitar uma futura inadimplência dos Estados, e que também formule novos critérios de rateio dos repasses federais, de forma a incentivar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos Estados mais carentes.

Essa, afinal, é a essência do pacto federativo – a correção das desigualdades e o fortalecimento de todos os entes federados, para que todos cresçam juntos e se beneficiem mutuamente.

Portanto, quero aqui saudar a iniciativa do debate do pacto federativo nesta Casa.

Termino dizendo, só para lembrar, que a Marcha dos Prefeitos, realizada durante esta semana, trouxe uma reivindicação dos prefeitos sobre a partilha dos *royalties* do petróleo – que este Congresso aprovou. O petróleo é uma riqueza brasileira, pertence a todos, por isso eu considero justa a distribuição de forma mais igualitária, respeitando os Estados que estão questionando, porque dizem que eles são fontes geradoras, digamos, com mais potência. Principalmente, lembro aqui a questão do Espírito Santo e também do Rio de Janeiro. Nós aprovamos aqui, sim, uma nova distribuição, e acreditamos que a Câmara vá caminhar nesse sentido.

Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância de V. Ex^a e com isso terminei meus dois pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paim, na esperança de que a CPMI não se transforme num acordão dos amigos do Cachoeira, dos amigos dos governadores, dos amigos do Civita, dos amigos do repórter, mas se transforme numa CPI de verdade, dos amigos do País, que querem acabar com esse aspecto profundo da corrupção, dessa aliança entre a imprensa, o jogo, empreiteiros, aditivos e superfaturamentos, nessa esperança eu encerro a 83^a sessão do Senado da República.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Sr^a Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC), revelam que em 2011, 13,1% de todos os estudantes brasileiros matriculados em algum ano do ensino médio estavam repetindo a mesma série feita em 2010.

Trata-se do pior índice de reprovação no ensino médio no país, desde 1999, ano em que o levantamento passou a ser divulgado pelo Inep. Para se ter uma ideia da diferença entre as taxas de anos anteriores com os 13,1% de 2011, vale saber que em 2007, a taxa de reprovação foi de 12,7%. Em 2008, de 12,3%. Em 2009, 12,6%, e em 2010, de 12,5%.

Os dados do Inep são baseados nas informações do Censo Escolar 2011 e a taxa de reprovação no ensino médio inclui as redes pública e particular do país.

Pelos dados oficiais, os estados que apresentam maior índice total de reprovação no ensino médio são Rio Grande do Sul, com 20,7%; Rio de Janeiro, com 18,5%; Distrito Federal, com 18,5%); Espírito Santo, com 18,4% e Mato Grosso, com 18,2%.

Os estados com menores taxas de repetição são Amazonas, com 6%; Ceará, com 6,7%; Santa Catarina, com 7,5%; Paraíba, com 7,7% e Rio Grande do Norte, com 8%.

Roraima aparece no estudo do Inep em 22º lugar entre as 27 unidades da federação. Porém, com um índice preocupante de reprovação no ensino médio, da ordem de 13,2%, sendo 13,7% na rede pública e 6,6% na rede particular. Já no ensino fundamental, a taxa de reprovação em Roraima é de 9,3%, sendo 9,7% na rede pública e 2,7% na rede particular.

A notícia de que o Brasil apresentou a maior taxa de reprovação no ensino médio em 2011, ou seja, 13,1%, foi tão impactante que até mesmo o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse ser preciso “um estudo mais aprofundado para analisar” o caso, com relação a anos anteriores.

Disse o ministro: “Oscilações de um ano para outro sempre acontecem. Para avaliar o ensino, a taxa de reprovação é um dos indicadores de fluxo. O outro é a qualidade do aprendizado. Como o ensino médio é predominantemente estadual e nós tivemos mudanças de governo em muitos estados no ano passado, novos secretários de educação, novas atitudes, novos procedimentos, talvez tenha aí alguma explicação. Mas eu não quero me adiantar antes de um estudo mais aprofundado”.

Como o ministro, minha tendência também é de refletir sobre os números apresentados, à luz de outros indicadores e considerando situações variadas.

No caso específico de Roraima, penso que o governo do Estado deve analisar com profundidade os dados do Inep, com relação à taxa de reprovação dos alunos do ensino médio em nosso Estado e apresentar uma explicação técnico-metodológica à sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)

ATA DA 68^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE ABRIL DE 2012

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 56, de 27 de abril de 2012)

RETIFICAÇÕES

Às páginas 14608 a 14613, republique-se, por erro gráfico no número da matéria na Casa de origem, o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2012:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 2007 (nº 332/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684 de 23 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Lagoa Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 752, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006 – Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Colón Ltda., no município de Joinville - SC;

2 - Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Sociedade Cerro Azul

5 - Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009 – Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;

6 - Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009 – S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda., no município de Torres - RS;

7 - Portaria nº 105, de 1º de março de 2010 – Rádio Vida FM Ltda., no município de São José dos Campos - SP;

8 - Portaria nº 174, de 24 de março de 2010 – Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., no município de Feira de Santana - BA;

9 - Portaria nº 175, de 24 de março de 2010 – Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

10 - Portaria nº 177, de 24 de março de 2010 – Rádio Marumby Ltda., no município de Campo Largo - PR;

11 - Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Mococa Ltda., no município de Mococa - SP;

12 - Portaria nº 194, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Itu Ltda., no município de Itu - SP;

13 - Portaria nº 196, de 24 de março de 2010 – Rádio Liderson FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Liderson de Oriândia Ltda., no município de Oriândia - SP;

14 - Portaria nº 202, de 24 de março de 2010 – Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda., no município de Vila Velha - ES;

15 - Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda., no município de Três Rios - RJ;

16 - Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010 – Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Montes Claros - MG;

17 - Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio Educativa São Sebastião, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro - RJ;

18 - Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010 – Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Piraí - RJ;

19 - Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010 – Rádio Marconi FM Ltda., no município de Açaílandia - MA;

20 - Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010 – Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda., no município de Juazeiro do Norte - CE;

21 - Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010 – Rádio Montes Claros Ltda., no município de Montes Claros - MG;

22 - Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010 – Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., no município de Santa Maria - RS;

23 - Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010 – Fundação Aperipé de Sergipe, com fins exclusivamente educativos, município de Aracaju - SE;

24 - Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010 – Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., no município de Recife - PE;

25 - Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010 – TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda., no município de Goiânia - GO;

26 - Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com fins exclusivamente educativos, no município de Joinville - SC;

27 - Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010 - Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

28 - Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010 - Rádio Morena Stereo Ltda., no município de Campinas - SP;

29 - Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010 - Rádio Igrejinha FM Ltda., no município de Igrejinha - RS;

30 - Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010 - Rádio Cidade Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

31 - Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010 - Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., no município de Santo Antônio de Posse - SP;

32 - Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010 - TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., no município de Maceió - AL;

33 - Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010 - Rádio Porto Brasil FM Esterco Ltda., no município de Porto Seguro - BA;

34 - Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010 - Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, no município de Rio Grande - RS;

35 - Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010 - Sociedade Rádio Carijós Ltda, no município de Conselheiro Lafaiete - MG; e

36 - Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010 - Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS.

Brasília, 28. de dezembro de 2010.



EM nº. 644/2010 - MC

Brasília, 16 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.023188/2008, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à **LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA** para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 8 de setembro de 2008.

2. A permissão foi deferida originariamente à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda, pela Portaria nº 296, de 6 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de setembro de 1988, renovada pela Portaria nº 51, de 2 de março de 2000 e referendado pelo Decreto Legislativo nº 357, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 2001, autorizada a mudar sua razão social para Lagoa Radiodifusão Ltda, pela Portaria nº 72, de 18 de outubro de 2001.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Exceléncia para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTRARIA N° 684 , DE 23 DE JULHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.023188/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de setembro de 2008/a permissão outorgada originariamente à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., pela Portaria nº 296, de 6 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de setembro de 1988, renovada pela Portaria nº 51, de 2 de março de 2000 e referendado pelo Decreto Legislativo nº 357, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 2001, autorizada a mudar sua razão social para LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA., pela Portaria nº 72, de 18 de outubro de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSE ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações

Às páginas 14715 a 14725, republique-se, por erro no ano da matéria, o Parecer nº 453, de 2012:

PARECER Nº 453, DE 2012

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre a Indicação nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva, “para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores”.

RELATOR: Senador **EDUARDO BRAGA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Indicação (INS) nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva. A proposição sugere que a Comissão encaminhe ao Ministério das Relações Exteriores manifestação sobre as “políticas públicas voltadas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como [sobre] a posição do Brasil na COP16, em Cancún”.

A autora da Indicação propõe sete pontos que poderiam “constituir o pensamento da CMA”. Em linhas gerais, esses pontos incluem sugestões para que:

- (i) os negociadores brasileiros busquem um acordo amplo e vinculante no âmbito das negociações internacionais sobre clima;
- (ii) a atuação interna do governo brasileiro seja coerente com os compromissos assumidos na esfera internacional;
- (iii) o governo regulamente com urgência a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- (iv) o governo dê publicidade aos dados utilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia na elaboração do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- (v) o governo publique anualmente estimativas de emissões totais de gases de efeito estufa para determinados setores da economia;
- (vi) o governo adote indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento da economia de baixo carbono no Brasil; e
- (vii) o governo crie um órgão dedicado a gerir de forma eficiente e transparente a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Na justificação do projeto, a autora salienta que a Indicação foi proposta no intuito de consolidar algumas das posições apresentadas por representantes do Governo Federal e da sociedade civil organizada em audiência pública sobre o tema, realizada em 23 de novembro de 2010, antes, portanto, da realização da COP16, em dezembro de 2010, em Cancún, no México.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), uma Indicação “corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa”.

Vale enfatizar que, segundo a disciplina vigente, a Indicação não poderá conter consulta a qualquer comissão sobre ato de outro Poder (art. 225, inciso I, alínea b, do RISF), ou sugestão ou conselho a qualquer Poder (art. 225, inciso II, do RISF). Essas vedações inviabilizam, do modo como foram apresentados, todos os sete pontos levantados pela autora da INS nº 1, de 2010.

Cumpre observar que tramita no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009. Conforme Substitutivo aprovado em 6 de abril de 2011 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Indicação passaria a ser um instrumento hábil também para que Senador ou comissão sugerisse a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. Desse modo, o regimento do Senado Federal se igualaria ao da Câmara dos Deputados, quanto ao instituto da indicação. Em 19 de maio de 2011, o Projeto de Resolução foi encaminhado pela Presidência do Senado Federal à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno da Casa.

Além disso, consideramos que, nos moldes formulados pela autora, a Indicação nº 1, de 2010, perdeu a oportunidade. Desse modo, com base no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, não resta outro caminho que recomendar a declaração de prejudicialidade da proposição.

Entretanto, consideramos extremamente pertinente o debate proposto pela então Senadora Marina Silva. De fato, o Brasil precisa adotar uma série de medidas destinadas a assumir nossa parcela de responsabilidade no enfrentamento da mudança do clima.

Não parece coerente assumir compromissos no plano externo e conduzir políticas públicas domésticas que dificultem ou, no limite, impeçam

o cumprimento desses objetivos. Parecem justas, também, as demandas por transparência na condução da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É importante discutir com a sociedade as medidas necessárias.

Assim, mostra-se conveniente o debate sobre esses pontos no âmbito do Senado Federal. Cabe ressaltar, no entanto, que o Congresso Nacional dispõe de uma Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Afigura-se conveniente que a CMA e a CMMC unam esforços no sentido de possibilitar um entendimento mais profundo do tema.

Nos últimos anos, delegações oficiais de Parlamentares participaram das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima. Em 2012 não será diferente. Um grupo de Senadores e Deputados Federais certamente será formado para acompanhar as negociações na COP-18. A qualidade da participação dessa comitiva depende fundamentalmente das informações de que ela disponha.

Acreditamos que a sugestão da Senadora Marina Silva não deve ser descartada. Entretanto, o Regimento precisa ser observado. O Senado Federal não dispõe de instrumento legislativo capaz de veicular sugestões a outro Poder da República. Mas a ideia da autora da INS nº 1, de 2010, deve prosperar. Assim, acreditamos que o acatamento da Indicação sob a forma de um ciclo de debates preparatórios para a COP-18, a realizar-se em 2012, cumpriria a função de esclarecimento dos Senadores a respeito da mudança do clima.

Estamos convictos de que é necessário promover o debate com a sociedade a respeito da estratégia brasileira de enfrentamento das alterações climáticas, no intuito de gerar informação de qualidade para subsidiar a atuação parlamentar na COP-18. Para tanto, propomos a realização de um ciclo de debates sobre o tema.

III – VOTO

Ante o exposto, com base no art. 334, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea *d*, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela **recomendação de declaração de prejudicialidade** da Indicação nº 1, de 2010, e, com base no art. 133, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, pela **apresentação do seguinte Requerimento:**

REQUERIMENTO N° , DE 2011

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de ciclo de debates para discutir a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança do clima.

O ciclo de debates preposto terá por objetivo subsidiar a atuação parlamentar na 18ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e será composto de cinco audiências públicas destinadas a debater os seguintes assuntos:

1. Negociações internacionais para a formulação de um acordo global amplo e vinculante para o enfrentamento da mudança do clima;
2. Regulamentação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e estratégias setoriais para cumprir os compromissos assumidos voluntariamente no plano internacional;
3. Emissões domésticas de gases de efeito estufa: periodicidade e transparência na elaboração dos inventários nacionais;
4. Indicadores de sustentabilidade que possibilitem o acompanhamento da implantação de uma economia de baixo carbono no Brasil;
5. Possibilidade de criação de um órgão governamental para regular e monitorar, de modo eficiente e transparente, a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

As audiências públicas deverão contar com a participação de representantes do Governo Federal, da Academia e da Sociedade Civil organizada, a serem indicados oportunamente.

Os resultados do ciclo de debates deverão ser disponibilizados no site da CMA e encaminhados aos interessados, em especial à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2012.

Senador Jorge Ballemoer, Presidente

, Relator

(SENADOR Eduardo Braga)

SENADOR Jorge Viana, RELATOR "AD HOC"

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle -
INDICAÇÃO Nº 1, de 2010

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 17/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg

RELATOR: José J. Viana Sen Jorge Viana (Ad hoc)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1. Ana Rita (PT) <i>[Assinatura]</i>
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT) <i>Jorge Viana</i>	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) <i>[Assinatura]</i>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB) <i>[Assinatura]</i>
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) <i>Alvaro Dias</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <i>[Assinatura]</i>
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <i>[Assinatura]</i>
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gilmar Argello (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Renaninho Alves (PR) <i>Renaninho Alves</i>	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Kátia Abreu

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Seção VII
DAS COMISSÕES**

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

LEI N° 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDUARDO BRAGA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Indicação (INS) nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva. A proposição sugere que a Comissão encaminhe ao Ministério das Relações Exteriores manifestação sobre as “políticas públicas voltadas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como [sobre] a posição do Brasil na COP16, em Cancún”.

A autora da Indicação propõe sete pontos que poderiam “constituir o pensamento da CMA”. Em linhas gerais, esses pontos incluem sugestões para que:

- (i) os negociadores brasileiros busquem um acordo amplo e vinculante no âmbito das negociações internacionais sobre clima;
- (ii) a atuação interna do governo brasileiro seja coerente com os compromissos assumidos na esfera internacional;
- (iii) o governo regulamente com urgência a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- (iv) o governo dê publicidade aos dados utilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia na elaboração do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- (v) o governo publique anualmente estimativas de emissões totais para determinados setores da economia;
- (vi) o governo adote indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento da economia de baixo carbono no Brasil; e
- (vii) o governo crie um órgão dedicado a gerir de forma eficiente e transparente a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Na justificação do projeto, a autora salienta que a Indicação foi proposta no intuito de buscar a consolidação de algumas das posições apresentadas por representantes do Governo Federal e da sociedade civil organizada em audiência pública sobre o tema, realizada em 23 de novembro de 2010, antes, portanto, da realização da COP16, em dezembro de 2010, em Cancun, no México.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), uma Indicação “corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa”.

Vale enfatizar que, segundo a disciplina vigente, a Indicação não poderá conter consulta a qualquer comissão sobre ato de outro Poder (RISF, art. 225, I, b), ou sugestão ou conselho a qualquer Poder (RISF, art. 225, II). Essas vedações inviabilizam, do modo como foram apresentados, todos os sete pontos levantados pela autora da INS nº 1, de 2010.

Cumpre observar que tramita no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009. Conforme Substitutivo aprovado em 6 de abril de 2010 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Indicação passaria a ser um instrumento hábil também para que Senador ou comissão sugerisse a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. Em 19 de maio de 2011, o Projeto de Resolução foi encaminhado pela Presidência do Senado Federal à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno da Casa.

Entretanto, consideramos extremamente pertinente o debate proposto pela então Senadora Marina Silva. De fato, o Brasil precisa adotar uma série de medidas destinadas a assumir nossa parcela de responsabilidade no enfrentamento da mudança do clima.

Não parece coerente assumir compromissos no plano externo e conduzir políticas públicas domésticas que dificultem ou, no limite, impeçam o cumprimento desses objetivos. Parecem justas, também, as demandas por transparência na condução da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É importante discutir com a sociedade as medidas necessárias.

Assim, mostra-se conveniente o debate sobre esses pontos no âmbito do Senado Federal. Cabe ressaltar, no entanto, que o Congresso Nacional dispõe de uma Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Afigura-se conveniente que a CMA e a CMMC unam esforços no sentido de possibilitar um entendimento mais profundo do tema.

Nos últimos anos, delegações oficiais de Parlamentares participaram das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima. Em novembro e dezembro de 2011 não será diferente. Um grupo de Senadores e Deputados Federais certamente será formado para acompanhar as negociações em Durban, na África do Sul. A qualidade da participação dessa comitiva depende fundamentalmente das informações de que ela disponha.

Acreditamos que a sugestão da Senadora Marina Silva não deve ser descartada. Entretanto, o Regimento precisa ser observado. O Senado Federal não dispõe de instrumento legislativo capaz de veicular sugestões a outro Poder da República. Mas a ideia da autora da INS nº 1, de 2010, deve prosperar. Assim, acreditamos que o acatamento da Indicação sob a forma de um ciclo de debates cumpriria a função de esclarecimento dos Senadores a respeito do tema mudança do clima.

Estamos convictos de que é necessário promover o debate com a sociedade a respeito da estratégia brasileira de enfrentamento das alterações climáticas, no intuito de gerar informação de qualidade para subsidiar a atuação parlamentar na COP17, em Durban, na África do Sul. Para tanto, propomos a realização de um ciclo de debates sobre o tema.

III – VOTO

Ante o exposto, com base no art. 133, I e V, d, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela **aprovação parcial** da Indicação nº 1, de 2010, nos termos do seguinte plano de trabalho:

PLANO DE TRABALHO

Com amparo no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará audiências públicas para debater a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança do clima.

O ciclo de debates proposto terá por objetivo subsidiar a atuação parlamentar na 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e será composto de cinco audiências públicas destinadas a debater os seguintes assuntos:

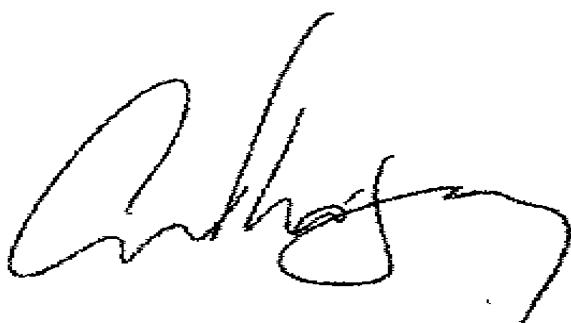
1. Negociações internacionais para a formulação de um acordo global amplo e vinculante para o enfrentamento da mudança do clima;
2. Regulamentação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e estratégias setoriais para cumprir os compromissos assumidos no plano internacional durante a COP-15, em Copenhague, em 2009;
3. Emissões domésticas de gases de efeito estufa: periodicidade e transparência na elaboração dos inventários nacionais;
4. Indicadores de sustentabilidade que possibilitem o acompanhamento da implantação de uma economia de baixo carbono no Brasil;

5. Possibilidade de criação de um órgão governamental para regular e monitorar, de modo eficiente e transparente, a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

As audiências públicas deverão contar com a participação de representantes do Governo Federal, da Academia e da Sociedade Civil organizada, a serem indicados oportunamente.

Os resultados do ciclo de debates serão disponibilizados no site da CMA na internet e encaminhados aos interessados, em especial à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

ATA DA 69ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE ABRIL DE 2012

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 57, de 28 de abril de 2012)

RETIFICAÇÃO

À página 15051, 1ª coluna, exclua-se o texto do Requerimento nº 383, de 2012, publicado indevidamente, e publique-se o Requerimento nº 382, de 2012, deferido pela Presidência:

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2012.

Em adendo ao Requerimento nº 350, de 2012, e nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, nos dias 1º a 6 de maio de 2012, com o fim de participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de reunião de Mesa Diretiva Ampliada da Assembléia Parlamentar Eurolatinoamericana - EUROLAT, a realizar-se nos dias 3 e 4 de maio de 2012, na cidade de Hamburgo, Alemanha.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País entre os dias 28 de abril a 7 de maio de 2012.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2012.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**

PMDB/PR

ATA DA 71^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE MAIO DE 2012

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 59, de 3 de maio de 2012)

RETIFICAÇÕES

À página 15172, por erro gráfico, onde se lê:

“Ata da 71^a Sessão, Não Deliberativa, em 2 de maio de 2012”

Leia-se: “Ata da 71^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de maio de 2012”

À página 15302, republique-se, por omissão gráfica de parte do texto, a Ata da 5^a reunião da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012:

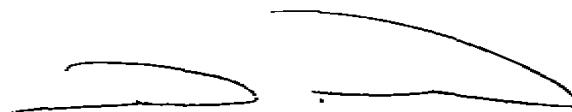
COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 562, DE 20 DE MARÇO DE 2012 E PUBLICADA EM 21 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÔE SOBRE O APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO DA UNIÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS, ALTERA A LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, PARA INCLUIR OS POLOS PRESENCIAIS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA, ALTERA A LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007, PARA CONTEMPLAR COM RECURSOS DO FUNDEB AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO, ALTERA A LEI Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004, PARA DISPOR SOBRE A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ATA DA QUINTA REUNIÃO

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)

As quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, no plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão Mista acima especificada sob a Presidência do Senador Waldemir Moka e com a presença dos Senadores Roberto Requião, Sérgio Souza, José Pimentel, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Alvaro Dias, Blairo Maggi, Randoife Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e dos Deputados Miriquinho Batista, Padre João, Lelo Coimbra, Professor Sétimo, Antônio Carlos Mendes Thame, Professora Dorinha Seabra Rezende, Izalci, Stepan Nercessian e Rogério Marinho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Em seguida, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Além do Relator, Deputado Padre João, discutem a matéria os Senadores: Aloysio Nunes Ferreira, José Pimentel, Acir Gurgacz; e os Deputados: Professora Dorinha Seabra Rezende, Professor Sétimo, Rogério Marinho. Em virtude da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, a votação é adiada para o dia seguinte. Nada

mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Maria de Fátima Maia de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada e irá à publicação juntamente com o anexo taquigráfico.



Senador Waldemir Moka
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 5ª Reunião desta Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 20 de março de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR); altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera ainda a Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; e dá outras providências.

Quero submeter a dispensa da leitura da ata da sessão anterior...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Solicito a V. Exª a dispensa dessa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Foi feito o requerimento verbal.

Consulto o Plenário se todos concordam com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Está dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Vou colocar em discussão o projeto. Na verdade, o relatório do eminente Deputado Federal Padre João já foi distribuído na quinta-feira próxima passada. Os Srs. Senadores e Deputados tiveram acesso ao relatório.

Em discussão. (Pausa.)

V. Exª pede a palavra para discutir, Professora Dorinha? (Pausa.)

Para discutir, tem a palavra a Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Boa tarde a todos.

Na verdade, tenho alguns questionamentos a fazer.

Sr. Relator, em relação ao art. 2º, a caracterização do PAR é o estabelecimento de um pacto, de um acordo entre os entes federados e o Ministério da Educação. Isso está correto, Sr. Relator? (Pausa.)

Tratarmos do fato de isso ser estabelecido com as Secretarias. Eu tinha apresentado, inclusive, uma sugestão quanto ao § 2º do art. 4º, para que, em vez de os recursos serem liberados para "órgãos e entidades", deixássemos claro

quais seriam esses órgãos, que seriam as secretarias estaduais e municipais de educação. No entanto, foi mantida a expressão "órgãos e entidades". Eu queria entender qual o objetivo deste termo tão genérico, "órgãos e entidades".

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Nobre colega Deputada Professora Dorinha, parece-me que o próprio MEC tem os dados. Por meio do Decreto, então, já existe essa relação com os demais entes da Federação. Há a alegação de que muitos Municípios não usam o termo "secretarias".

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Desconheço isso.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – É utilizado o termo "departamento" ou "divisão da educação". Com isso, poderiam ser excluídos determinados entes. Então, isso foi feito para resguardar, utilizando o termo "órgãos", porque ai se incluem todos os Municípios onde há o nome "divisão" ou "departamento". Essa foi a justificativa.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Desconheço algum Município em que não haja a Secretaria Municipal de Educação. Estou dizendo isso como Presidente de um conselho que tratava com os secretários estaduais e municipais. Desconheço isso. Mas, se é esse o objetivo, eu gostaria que ficasse claro que não vai ser estabelecida uma relação dentro do PAR com entidades outras que não sejam gestoras dos sistemas formais de educação municipais e estaduais. É isso, Relator?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Perdão, mas eu não...

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– A minha pergunta – na verdade, esta é minha preocupação – é se não será estabelecido nenhum tipo de pacto ou transferência de recursos para outras entidades que não sejam as gestoras públicas dos sistemas.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Não. Nesse caso, está claro que são gestoras públicas, órgãos...

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Órgãos gestores.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Órgãos gestores, sim.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Tenho uma dúvida...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Eu só queria apresentar uma questão de ordem, aproveitando o raciocínio da companheira Dorinha.

Professora Dorinha, V. Ex^a disse do gestor público. E o caso da instituição comunitária?

Padre João, colocou-se gestor público, e, no caso de uma instituição comunitária – há a participação de escolas comunitárias –, como ficaria esse relacionamento?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Ele está em outro artigo. É outra ação específica. Neste caso aqui, a Professora Dorinha fez uma alegação em relação ao PAR.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Sim.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Trata-se do repasse de recursos específicos. No caso a que o senhor faz referência, abre-se outra lei, que está mais em frente, que está falando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – O.k..

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Essa é outra alteração, que está mais em frente. Aí, sim, incluem-se as associações comunitárias filantrópicas.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Posso continuar? (Pausa.)

Tenho outra dúvida. O PAR é construído por cada Estado e por cada Município, e é firmado um acordo de apoio técnico-financeiro com o Ministério da Educação. No art. 3º, § 1º, fala-se do Comitê Estratégico do PAR, no âmbito do Ministério da Educação. É um Comitê de acompanhamento, de definição de política pública, mas o Comitê não vai tratar diretamente do PAR, que é construído por cada Município e por cada Estado. Mas o § 1º diz que a inclusão ou a atualização de ações do PAR pelo Comitê poderá implicar a revisão do pacto, do compromisso que foi estabelecido. Fiquei com dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – É convênio.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Não é convênio. Não há convênio, não há contrato, não há acordo.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Não há convênio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Então, qual é o instrumento jurídico dessa revisão? A minha pergunta é a seguinte: se não há convênio, qual é o instrumento jurídico em que se fixam as obrigações de parte a parte, os objetivos, que serão revistos periodicamente? Como é isso? Isso é feito de boca?

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – É eletrônico. Há o convênio, mas ele é eletrônico.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Não há convênio, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Está dito aqui que não há convênio. O que está dito é que não há convênio. Há um artigo, uma norma que diz que não há convênio. Então, em que se materializam esses compromissos recíprocos, essas metas, esses objetivos, cuja revisão periódica, inclusive, é prevista?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Essa é a novidade da MP. Na verdade, é a grande razão da MP, no que se trata do PAR. Esse recurso é direto, mediante a apresentação do projeto, com documentação mínima. O rigor vem na prestação de contas. É assim que cada ente da Federação... Na verdade, são várias ações do mesmo ente em relação ao MEC, seja na assistência técnica, seja na parte de recursos. Então, cada ente vai ter uma atenção dobrada, e a própria lei especifica com muita clareza a prestação de conta. Então, a amarração é na prestação de conta. O que inova essa medida provisória é superar um pouco a burocracia, não comprometer a política a política da educação, porque às vezes a questão do imóvel, por causa de um imóvel perde o prazo e aí aquele ente fica sem poder ter a creche, sem poder ter... Então, ele vai ter um prazo para regulamentar isso, mas tem um termo de compromisso, que está no §1º do art. 4º.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu me refiro ao esse termo de compromisso. O termo de compromisso é construído entre o ente federado e a União. Feito um diagnóstico, a partir daí são estabelecidas metas e diretrizes que o Município e o Estado assumem com a ajuda do Ministério. A minha dúvida é em que medida o comitê estratégico que está sendo criado formalmente teria influência. Eu tenho dúvida e acho que tem um problema nesse parágrafo não é nem em relação a princípio. Acho que, do ponto de vista de lógica e de conteúdo, o comitê estratégico não tem interferência nenhuma no que é estabelecido no termo de compromisso entre um ente federado e o Ministério da Educação.

Eu estou chamando a atenção, não tem nenhuma questão...até não apresentei emenda, mas acho que aqui não cabe esse parágrafo 1º, na minha opinião, porque não existe essa relação de interferência do comitê com o que foi estabelecido no PAR entre o ente federado e o Ministério da Educação.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Nesse aspecto, Professora, V. Exª que acompanha mais de perto, inclusive mais do que eu, e que sempre dedicou a vida, esse comitê é mais operacional e nesse sentido ele teria como detalhar mais. O que não estaria no termo mais detalhado...

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu queria apresentar uma sugestão de que fosse olhado com tempo, acho que ele tem um problema entre atribuições...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – V. Exª tem que apresentar uma emenda ou alguma coisa que a gente possa...

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu tenho uns destaques apresentados, eu estou tirando dúvida com o relator. Se for para seguir para os destaques, não teria nenhum problema...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Você tem isso previsto, então?

Você está questionando uma modificação ou alguma coisa, ela também vai precisar ser adotada...

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Na minha opinião, uma supressão... posso fazer. Porque eu estou tentando tirar uma dúvida com o relator, uma vez que ele construiu o texto e quem sabe ele teria alguma informação que eu não tenho. Na minha opinião, não cabe.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Eu não entendi, eu confesso.

Na sua compreensão, haveria como que uma ingerência de algo já pactuado? É nessa linha?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– A inclusão, atualização do PAR pelo comitê. O comitê não atualiza, não muda o PAR. Quem constrói, muda e atualiza o PAR são os membros federados.

O comitê não tem essa responsabilidade, essa possibilidade legal de fazer. Então, na verdade, aqui eu acho que não cabe.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – O que a Professora está dizendo é que isso é indevido aí. Ele não tem essa função.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– A gente poderia seguir e, se fosse o caso, o consultor que está lhe apoiando poderia dar uma olhada no que eu estou sugerindo e a gente voltaria a discutir em virtude de ter outras pessoas para falar.

Eu acho que é indevido uma vez que o comitê não tem esse papel. É o ente federado que faz o seu PAR, sozinho, com o apoio técnico se necessário, mas ele é quem faz, estabelece suas metas, seus compromissos. É nesse sentido.

O comitê não tem essa influência, mas eu gostaria que pudesse ser pensado. Não tem nenhuma questão aqui, é porque acho que não é pertinente.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – É porque ele está mais na linha de monitoramento, no art. 3º.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Sim, ele vai monitorar, ele vai acompanhar...

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – E de sugerir ações novas. Esse §1º está mais nessa linha de incluir algo.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Então, eu vou apresentar um instrumento de destaque porque eu acho que não cabe nem inclusão nem atualização.

Tirando ainda uma última dúvida, no art. 6º... Desculpe, art. 5º, mesmo havendo o descumprimento do termo de compromisso, a proposta ainda diz "poderá ser suspenso". Eu queria entender o porquê do termo "poderá". Não está sendo cumprido o acordado, o termo de compromisso? Qual é a ideia?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Havia uma emenda que estabelecia prazos: 30 dias, 60 dias. A gente eliminou esses prazos. Por quê? De acordo com a realidade – uma enchente ou qualquer outro fenômeno –, pode-se atrasar todo o processo. Então, isso caberia ao órgão responsável. Não sei se haveria a presença do Comitê.

Numa expressão mais imperativa, podem-se comprometer outras ações. Quando você suspende todas as ações, você compromete algo que já está em andamento. Suponhamos que determinado ente tenha dez ações no PAR e que ele tenha atrasado na prestação de contas de uma delas. Então, é dada essa margem, para se buscar uma negociação, para se estabelecer novo prazo, para não comprometer as outras ações que estão em curso. Acho que foi esse o entendimento.

Aqui, a consultoria volta a me refrescar a memória. Isso seria feito para não comprometer as outras ações que estariam em andamento. Há mais prejuízo e mais dano no que se refere não só à política, mas também ao dinheiro público, quando se suspende tudo.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Continuo achando isso estranho. É descumprimento dos termos de compromisso. Não é atraso de prazo. Trata-se de se descumprir um termo, de se descumprir o convênio, no caso aqui, ou o contrato. Nós não estamos estabelecendo convênio e contrato, para dar agilidade. A minha pergunta diz respeito muito mais ao motivo da condescendência ao se utilizar o termo "poderá". Existem outros prazos. Há outros itens que tratam do prazo e da interrupção. Aqui, busca-se entender o porquê de ter ficado o termo "poderá". Aqui, não é nenhum item de prestação de conta; são os termos de compromisso que estabeleci, de mudança de meta, de cumprimento, de formação. Mas acho que há instrumentos legais para isso.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Incluem-se, às vezes, prazos, embora, de fato, ele está mais especificado em outro momento. Mas é um descumprimento também. É mais para se dar abertura a uma renegociação, para não comprometer as outras ações do PAR.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Nobre Relator, no art. 9º, que trata das instituições do campo, a relação será direta entre o Ministério da Educação e as escolas, as entidades, sem interveniência de Estados e Municípios? É isso mesmo?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Qual é o artigo?

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– É o art. 9º, inciso II, que trata das instituições credenciadas do campo. Elas vão receber recursos diretamente do Ministério da Educação? É isso?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Isso está no art. 9º mesmo, Professora Dorinha?

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Desculpe-me. É o art. 8º? É o art. 13, que modifica o art. 8º.

O SR. PADRE JOAO (PT – MG) – E o art. 13?

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Isso. É o art. 13, que trata da redação da Lei nº 11.494. É o inciso II, que diz da educação do campo oferecida a instituições credenciadas. Aqui, é só para entender...

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Não estou localizando qual é o artigo.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– É o art. 13, inciso II.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – É dito “na educação do campo oferecida em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, observado o disposto em regulamento”. O entendimento será feito via Estados e Municípios, não diretamente.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Mas está dúvida, porque não se diz isso. Por isso é que fiz essa pergunta. Normalmente, as escolas não participam dos sistemas estaduais. Elas podem ou não participar desses sistemas. Então, a minha dúvida é justamente esta: se é diretamente para a entidade, ou se é via Estado ou Município.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – No § 1º, isso não está claro?

Professora Dorinha, veja bem o que diz o § 1º: “(...) em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fim lucrativos e conveniadas com o Poder Público”; está no § 1º. Aí os incisos I e II são uma complementação do que está no parágrafo.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRE REZENDE (DEM – TO)

– Sim, a minha pergunta: conveniada com o Poder Público sempre? Sempre?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Com o Poder Público e conveniadas. Aí os incisos I e II especificam quais as instituições, as que tenham pedagogia de alternância, não são todas.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRE REZENDE (DEM – TO)

– Primeiro elas têm que ter o pacto então com o Estado ou Município?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – É o que está no § 1º: comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRE REZENDE (DEM – TO)

– Certo.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Em socorro a essa discussão... É em função desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não, mas, ô Deputado, ela vai acabar, eu vou passar a palavra, porque se não...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Aí vc vai voltar para o mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Mas não tem problema, eu prefiro que a gente discipline desse jeito, por favor. Continue.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRE REZENDE (DEM – TO)

– O meu último é em relação ao art. 22, que trata do PDDE para Universidade Aberta do Brasil. A minha dúvida é se o recurso que será transferido para o polo da Universidade Aberta, que já está claro de que se trata de instituição que atua

na formação e continuada, se o recurso será somente para os cursos de formação de professores inicial ou continuada? O polo tem cinco cursos, o correspondente será para os cinco cursos ou somente para os cursos de formação de professores inicial e continuada?

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – É na linha de capacitação para a educação básica.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRE REZENDE (DEM – TO)
– Só os que atuam na formação da educação básica?

Bom, em termos de dúvida do relatório, é o que eu tinha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka, PMDB – MS) – Está inscrito também para discutir o Deputado Rogério Marinho. Logo em seguida, o Senador Aloysio Nunes.

Deputado Rogério Marinho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Agradeço, Sr. Presidente, e peço inclusive a V. Ex^a que releve o excesso de zelo da interrupção.

Mas, Relator, ainda em cima da argumentação feita pela Deputada Dorinha, há um ditado que diz que "o que abunda não prejudica". Então, já que V. Ex^a tem o mesmo entendimento que a Deputada Dorinha e todos nós aqui de que o art. 13 e seu § 1º, incisos I e II se referem especificamente a repasses a unidades federadas que são responsáveis pela elaboração do PAR, eu lhe proporia, se fosse possível, a assessoria está do seu lado, V. Ex^a vai avaliar, se deixasse isso um pouco mais claro no próprio caput do parágrafo. Tipo: "Será admitido para efeito de admissão instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas, conveniadas com o Poder Público o cômputo das matrículas efetivas através das unidades federadas". Dê uma avaliada aí, porque você pode dizer "é conveniadas com o Poder Público", mas não está dizendo se ela recebe, apesar de conveniada, diretamente ou através do convênio. Eu não vou pedir nem que você discuta, mas que avalie com a assessoria se é possível deixar um pouco mais claro; senão, tudo bem. Era só este aspecto, uma questão de redação.

Agora eu gostaria de realçar apenas um aspecto no relatório de V. Ex^a. Nós fizemos aqui, através dos nossos Deputados, uma série de emendas – algumas foram acatadas, a maioria não foi, como é de praxe –, mas nós queríamos aproveitar, Padre João, eu sei que V. Ex^a é um militante no processo da educação, a própria medida provisória para discutirmos – e apresentamos uma emenda que iremos destacar – a maior eficácia nesse regime de colaboração que está previsto na própria Constituição entre Estados e Municípios.

A nossa lei maior, a Constituição, prevê que quem regula, modera, equilibra o pacto federativo é o Governo Federal, que também é o que arrecada mais, é o que normatiza, através do Congresso Nacional. E nós fizemos uma emenda, que foi a Emenda 69, que trata especificamente da Lei do Piso Salarial, que foi de autoria do Deputado Nelson Marchezan. Essa emenda, inclusive, é da própria Lei do Piso Salarial, que depois foi regulamentada por uma portaria do Ministério da Educação.

O ano passado, se não me falha a memória, nós tivemos, em dezoito ou dezesete Estados da Federação, Presidente Moka, greves por falta de condições dos Estados de cumprir a lei do piso, que é uma lei justa, que começa a melhorar a dignidade e a recuperar a condição da profissão de mestre. E, no início deste ano, o magistério esteve em greve em vários Estados da Federação, e a alegação de Estados e Municípios é a dificuldade que eles têm de cumprir a lei, que estabelece um quantum mínimo, um piso salarial que inclusive está sendo reajustado pela relação custo/aluno, que este ano foi de 22%, se não estou enganado, bem acima da inflação, inclusive.

Então, essa emenda, na verdade, apenas reassegura a nossa preocupação de que o Governo Federal envide esforços, faça um esforço maior para poder ajudar técnica e financeiramente as unidades federadas que têm a menor capacidade de investimento.

Portanto, eu pediria que V. Ex^a tivesse um cuidado especial com essa emenda, que, num primeiro momento, foi rejeitada, porque iremos destacar e discutir oportunamente.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Deputado, V. Ex^a não imagina a nossa angústia em relação a essa questão do piso. Como Deputado mineiro, eu posso dizer que é uma luta. A greve lá, no ano passado, durou 113 dias. O prejuízo da educação foi uma coisa absurda. Então, por essa falta de compreensão, o Supremo já tem uma clareza também sobre o que pode ser computado ou não.

Portanto, existe a sensibilidade desse Relator em relação ao piso. Existe um compromisso nosso. Houve discussão com outros Deputados, com o Senador José Pimentel também e com o próprio Governo.

Mesmo na educação, é esse grupo de trabalho que está discutindo especificamente a implantação do piso. Infelizmente, no ano passado, a subcomissão da Comissão de Educação, criada para acompanhar, não conseguiu desenvolver esse trabalho de acompanhamento e implantação do piso, em todos os Estados, mas há esse grupo de trabalho que está fazendo esse estudo para haver, então, uma readequação da lei, para fazer valer o piso nos Estados e Municípios, sem que haja dúvida, porque cada um arruma um pretexto, puxa a lei ou interpreta do seu jeito para ir protelando, adiando, de fato, ter que pagar o piso para aquele ente.

Então, o que se viu aqui é que estariamos atrasando todo o processo. Acho que o prejuízo seria maior em relação ao PAR, às ações do PAR, em relação à EJA, que também sacrifica os Municípios, o que a medida provisória está corrigindo.

Portanto, essas foram as razões que nós encontramos para não abrir mão dessa bandeira tão justa, mas de concentrar forças nesse grupo específico que está funcionando na Câmara. Gestão inclusive junto ao Ministério da Fazenda, do MEC. Há uma gestão interministerial para socorrer esses Municípios, porque entendemos que sem educação de fato nenhuma nação, nenhum ente vai avançar.

Fica esse comprometimento nosso; acho que posso dizer aqui também pelo Senador Revisor, José Pimentel.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Apenas rapidamente, porque não vou ficar aqui na apresentação do destaque. Vai ficar o nosso companheiro Mendes Thame.

Só para dizer a V. Ex^a que eu comprehendo a posição de V. Ex^a. Apesar dos argumentos que V. Ex^a coloca, é bom lembrar que esta Comissão, que foi criada na Comissão de Educação como subcomissão, presidida inclusive pela Deputada Fátima, no meu Estado, é uma Comissão que está trabalhando a questão do índice de reajuste, a maneira como esse índice vai se dar nos anos subsequentes. Mas nós temos um passivo, e o passivo é a condição objetiva dos Estados e Municípios, porque o nosso País, como V. Ex^a sabe, é desigual. As condições de investimento das unidades federadas são diferentes, são disparecidas. Existem Municípios e Estados que têm condição maior de investimento, e outros têm menor.

A minha preocupação é que esse artigo, na verdade, já consta da lei do piso e virou letra morta na regulamentação. Quer dizer, não estou criando nada de diferente do Deputado Marchezan. O que gostaríamos é de verificar a possibilidade de reafirmarmos a condição de que a União, como maior arrecadador, como regulador e mediador do pacto federativo, fizesse um esforço maior, já que é a que menos contribui no percentual de investimento do PIB público da Educação brasileira: dos cinco por cento, um por cento é do Governo Federal, apesar de arrecadar mais de 65% dos recursos tributários do País.

Então, entendo V. Ex^a. Espero que esta Comissão chegue a bom termo em relação ao futuro, em relação ao índice de correção do piso futuramente, mas, em relação ao financiamento e à condição objetiva dos Estados, infelizmente iremos continuar com esse problema, que é suprapartidário. O Estado do Rio Grande do Sul, como sabe V. Ex^a, está em greve, o Rio Grande do Norte esteve em greve, Minas Gerais esteve em greve. Então, é um problema do País, do Estado, da Nação. Seria importante e interessante se pudéssemos, nesta medida provisória, equalizar. Mas comprehendo os motivos de V. Ex^a.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – E houve um compromisso do Ministro Mercadante de que aquele ente que provar que não tem condições de pagar o piso será complementado pelo MEC. Acho que temos que avançar no sentido de sabermos que tipo de prova esse ente tem que apresentar. Acho que temos que trabalhar nessa linha. E, às vezes, quando o Estado tem a capacidade e os Municípios não têm, penso que se comprometem aqueles Municípios que não têm essa capacidade. Então, acho que falta um arranjo, de fato, que tem que ser trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu louvo o trabalho cuidadoso do relator designado para essa matéria. Aprendi muito com as observações judiciosas da Deputada Dorinha. Levo em conta também o alerta que faz o Deputado Rogério Marinho a respeito da necessidade de se dar aos municípios condições de cumprir o piso salarial decidido por este Congresso, sem levar em conta, aliás, se todos os municípios tinham condições de pagá-lo.

O fato é o seguinte: isso aqui, para mim, não deveria ser admitido pelo Congresso Nacional. Se pegarmos os Anais do Congresso desde a promulgação da Constituição de 1988 até hoje, todas as vezes em que um Deputado ou Senador usa a tribuna para falar sobre medidas provisórias, os termos "abuso", "usurpação" são recorrentes. Podem verificar todos os discursos. Há medidas provisórias demais, os trabalhos do Congresso são atropelados por medidas provisórias que não são urgentes, nem relevantes, que não cumprem os requisitos constitucionais, governo que só legista por medidas provisórias. Essa era a crítica da oposição ao tempo do Presidente Fernando Henrique, é a nossa crítica hoje e já era antes, no tempo do Sarney e no tempo do Collor. Acontece que, agora, é hora de a gente...

Depois que o Supremo Tribunal Federal determinou que é absolutamente imprescindível, para que uma medida provisória possa chegar à deliberação do plenário, que o Congresso Nacional, mediante uma deliberação de uma Comissão Mista, venha a apor o seu conhecimento às razões do Presidente da República de relevância e urgência ao editar medidas provisórias, agora, que temos essa oportunidade, não poderia ficar silente, Sr. Presidente em relação ao fato de que essa medida provisória, em hipótese alguma, Sr. Relator – lamento dizer – se encaixa naquele molde constitucional que autoriza a Presidência da

República a se valer desse instrumento legislativo extraordinário mediante o qual a Presidência legisla ainda que provisoriamente, e os seus atos têm força de lei imediato a partir da sua edição.

É uma matéria importante? Sem dúvida é. Pergunto-me, aliás, se era preciso normatizá-la por medida provisória. Se um decreto presidencial, em grande parte, não supriria as urgências mais sentidas? Em segundo lugar, o termo urgência, na Constituição, não tem o sentido comum do termo urgência quando nós empregamos em outros contextos. A urgência, nesse sentido constitucional, significa que uma matéria precisa ser decidida com uma rapidez tal que não pode se compadecer o seu tempo de deliberação dos ritos legislativos ordinários. E olha que nós temos o rito legislativo, muito expedito, previsto na Constituição, que são as urgências constitucionais: 45 na Câmara; 45 dias no Senado, e acabou-se. Mas nesse rito legislativo do projeto em regime de urgência, as comissões de pronunciam.

Vi, há pouco, aqui, o Senador Requião, Presidente da nossa Comissão de Educação. Nós poderíamos, no Senado, na Comissão de Educação, examinar essa questão mais demoradamente, com pessoas que se dedicam ao exame das questões educacionais aqui no Senado.

Temos tudo a ganhar; o Brasil teria a ganhar com uma lei mais bem elaborada.

As questões levantadas pela Deputada Dorinha, pelo Deputado Marinho poderiam ser examinadas por aqueles Parlamentares que estão afeitos a essas questões, porque escolheram a Comissão temática em Educação para trabalhar.

No entanto, se reúne uma comissão *ad hoc* sob o pretexto de que a matéria é de tal modo urgente que não pode esperar o processo legislativo normal.

Ora, Sr. Relator, o PAR, este programa, existe desde 2007, desde 2007! Não se pode dizer que foi algo que aconteceu subitamente, um acontecimento que foge da rotina da administração e que, de repente, exige uma providência imediata, que não pode esperar. Não é assim!

V. Ex^a mesmo reconhece em seu parecer que essas medidas são urgentes porque a execução do orçamento via convênios "tem-se mostrado muito morosa e trazido sérias dificuldades". "Tem-se mostrado" significa que ao longo do tempo, observando-se a execução dos convênios de hoje para trás, se verifica – este é o tempo verbal utilizado por V. Ex^a – "tem-se mostrado muito morosa". Se "tem-se mostrado", não começou agora a ficar morosa, não é? De tal maneira que se precisava editar uma medida provisória, porque não pode esperar o processo legislativo normal.

Quanto à questão da matrícula do ano que vem, me perdoe, mas o argumento não se sustenta, uma vez que essa medida provisória foi editada em março, portanto, temos um ano pela frente. Se o Governo tivesse optado pelo projeto de lei em regime de urgência, nós já estariamo, hoje, chegando ao limite do prazo de deliberação na Câmara, e ela viria para o Senado. No entanto, usa-se a medida provisória.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, meus caros Colegas, com todo o respeito pelo trabalho desenvolvido por V. Ex^a, que é alguém que se dedica ao tema, eu não posso aceitar, sinceramente, em nome de todos os discursos que nós fazemos e fizemos sobre o abuso do Executivo na edição de medida provisória, eu não posso aceitar essa medida provisória. Eu considero que ela não cumpre os requisitos constitucionais para a edição dessas medidas excepcionais.

Por isso, vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – É claro que o Senador Aloysio faz uma discussão em relação à admissibilidade. Na avaliação de S. Ex^a, a medida provisória não tem essa urgência em tramitar.

Mas, evidentemente, embora seja uma única votação, um único relatório, mas nós vamos, primeiro, termos de passar a outra discussão, porque eu não sei se o relator quer...

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Rapidinho, não é para esclarecer, não se trata disso, Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a fez mais referência ao PAR. Mas há de convir que a medida provisória tem um alcance muito maior em relação, primeiro, ao próprio PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos –, que é um grande problema para os Municípios. O repasse, a compensação, o recurso para os Municípios fica quase um ano depois, porque o adulto ou o jovem ele já deixou.

Então, é essa urgência, e estava acontecendo um grande êxodo. Então, é só para ir além do PAR o que está contemplando a MP.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O que eu estou dizendo ao senhor é o seguinte: eu entendo, mas esse problema do EJA não se verificou anteontem, de tal maneira que o Governo acordou e disse: "Opa, precisamos resolver o problema do EJA, senão vai acabar tudo". Não. Este é um problema que já vinha sendo verificado por aqueles que estudam o problema, pelo próprio Ministério.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O que eu estou contestando, Sr. Relator, é o fato de o Governo ter usado medida provisória quando poderia ter usado a urgência constitucional. E mais, lembro a V. Ex^a que o Plano Nacional de Educação está lá, na Câmara dos Deputados, há dois anos.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O que é a prioridade legislativa do Governo? Por que não resolve a questão fundamental, estratégica, o quadro geral dentro do qual todas essas ações específicas teriam sentido? Não é? Porque não há sentido de prioridade na política legislativa do Governo, por isso.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – A outra questão seria é a própria pré-escola, das crianças de quatro a cinco anos, porque já venceu o prazo e, então, está prorrogando até 2016, justamente para dar esse tempo a mais, esse fôlego para os Municípios se adequarem.

Então, eu acho que a gente entende várias outras ações que estão previstas aqui na MP.

A própria Undime, acho que foi um consenso da Consed e da Undime entender essa urgência. É o que foi demonstrado aqui, na audiência pública, mas eu entendo a ponderação de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – A Undime não é responsável por zelar pelas prerrogativas do Congresso Nacional, tem outras...

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Prerrogativas, V. Ex^a... Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Para discutir? Encerrada a discussão.

- Regimentalmente, eu vou só encerrar a discussão, Senador, porque começou a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Aí, se eu insistir na votação da matéria, eu vou incorrer numa questão regimental e a nossa votação seria declarada nula.

Então, eu encerro a discussão.

Quero deixar claro que está encerrada a discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Só um minuto.

Eu já vouclarear, porque vou convocar uma próxima...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a que fizesse a suspensão desta reunião, em face do início da Ordem do Dia, e V. Ex^a marcaria um novo horário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador, eu conheço isso. Nós vamos suspender, vai começar a Ordem do Dia do Senado e nós vamos... Eu vou perguntar diferente.

Eu vou declarar encerrada a discussão, vou chamar uma reunião, se V. Ex^as concordarem, para amanhã, e vou pedir permissão para manter o quórum desta sessão, porque, ai, eu acho que as pessoas... Sendo mantido o quórum, nós vamos votar, mas o quórum está garantido.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu não concordo, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Nós não temos, então, acordo.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu queria pedir que fizesse a reunião na próxima semana, se não pode ocorrer. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Nós somos... É claro que, ai, não havendo acordo, a alternativa é marcar para a próxima terça-feira.

Terça-feira não vai dar, porque é o nosso feriado. Ai, teria de ser depois do feriado.

Eu gostaria de marcar para amanhã.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Poderíamos marcar para amanhã e encerrar esta discussão, para que possa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – E não garantir quórum. Marcar a reunião. Ai, quem quer a reunião?

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu não concordo com a marcação para amanhã.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para amanhã e...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não, mas, ai, desculpe, Dorinha ...

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Tudo bem. Eu estou só me manifestando. Não concordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Essa é a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Os parlamentares aqui presentes que concordam que a gente marque a reunião para amanhã, para que a gente possa votar, permaneçam como se encontram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é o horário, Sr. Presidente, amanhã?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Tem antecedência regimental?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Sim?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O Regimento não prevê uma antecedência?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não, porque esta é uma Comissão especial.

A discussão está encerrada e eu só tenho de marcar uma outra reunião para que a gente possa votar. Só não vou fazer a votação agora porque, regimentalmente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, não, a minha preocupação é se o Regimento comum não prescreve um prazo mínimo que deve ser observado antes da convocação de uma reunião extraordinária. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Aloysio, a reunião...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Agora, corroborar com o zelo de V. Ex^a pela deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador, a reunião estava marcada, hoje, para discussão e votação.

Como não é possível a votação, eu estou, apenas e tão somente, marcando para amanhã, se a maioria, evidentemente... Porque eu vou ouvir o Plenário. Só vou definir se a maioria concordar que a gente possa votar amanhã. Se não... Com novo quórum, evidentemente.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Com nova lista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Com nova lista.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Porque eu não concordo e acho que tem de ter uma nova lista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não, não, essa questão do quórum já foi superada, Prof^a Dorinha.

Marcaríamos uma nova reunião para amanhã e, havendo quórum, nós vamos votar. Não havendo quórum, é claro que não tem como votar.

Concordam, então? Eu marcaria a reunião... Amanhã, nós temos problema de plenário aqui. Marcaria a reunião para quinta-feira pela manhã. Seria melhor amanhã, até para liberar os parlamentares que vão para seus Estados.

Então, está marcada para amanhã. Vou marcar amanhã às 10 horas. É um bom horário?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, 9 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Nove horas e trinta minutos, para que possamos fazer a votação. Quero dizer que encerramos a discussão. Amanhã, a reunião terá por objetivo apenas e tão-somente a votação. É claro que vamos discutir emendas, destaques, enfim. Mas já será o processo de votação. V. Ex^{as}s serão comunicados da sala que, amanhã, às 9 horas e 30 minutos, tentaremos fazer a votação da Medida Provisória nº 562.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, o plenário nº 3, que é da CCJ, amanhã estará livre. Pode checar. Nós fizemos hoje a reunião ordinária da CCJ e não tem pauta para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – A Secretaria tomará as providências e avisará. Então, está marcada a reunião amanhã, às 9 horas e 30 minutos, para que possamos fazer, em havendo quórum, a votação do relatório do Deputado Padre João.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião. Está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)

ATA DA 72^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE MAIO DE 2012

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 60, de 4 de maio de 2012)

RETIFICAÇÕES

À página 15413, Sumário, 1^a coluna, para correção do nome da Comissão e do número do Aviso do Ministro de Estado da Fazenda, onde se lê:

“1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 41/2012, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.545, de 2011, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Nº 1.545/2012, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.546, de 2011, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.”

Leia-se:

“1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 41/2012, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.545, de 2011, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Nº 122/2012, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.546, de 2011, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.”

À página 15415, Sumário, 1^a coluna, para correção da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2012, onde se lê:

“Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer uma valoração diferenciada dos bens jurídicos protegidos nos crimes de homicídio e lesão corporal simples ou qualificada pela violência doméstica, que tenham como vítima criança, idoso ou pessoa com deficiência.”

Leia-se:

“Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer uma valoração diferenciada dos bens jurídicos protegidos nos crimes de homicídio e lesão corporal simples ou qualificada pela violência doméstica, que tenham como vítima criança, idoso ou pessoa com deficiência.”

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
184/2012-M	Angela Portela ✓	13	21 a 25.05	Atividade Parlamentar
185/2012-M	Eduardo Amorim ✓	13	17.05	Atividade Parlamentar
186/2012-M	Eduardo Suplicy ✓	40	11 a 13.06	Missão Política
187/2012-M	Lídice da Mata ✓	13	17.05	Atividade Parlamentar
188/2012-M	José Agripino ✓	13	17.05	Atividade Parlamentar
189/2012-M	Blairo Maggi ✓	13	29 a 30.05	Atividade Parlamentar
190/2012-M	Zezé Perrela ✓	13	17.05	Atividade Parlamentar
191/2012-M	Armando Monteiro ✓	13	17.05	Atividade Parlamentar
192/2012-M	Clésio Andrade ✓	13	17.05	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PDT** - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

- Bloco-PP** - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

- Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

- Bloco-PSDB** - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

- Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

- Bloco-PT** - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloisio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

- Bloco-PMDB** - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

- Bloco-PSDB** - Cyro Miranda* (S)
S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

- Bloco-DEM** - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PMDB** - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

- Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

- Bloco-PSDB** - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

- Bloco-PT** - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

- Bloco-PTB** - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

- Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

- Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

- Bloco-PTB** - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

- Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

- Bloco-PR** - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

- Bloco-PSDB** - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

- Bloco-PT** - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PR** - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

- Bloco-PTB** - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

- Bloco-PDT** - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

- PSD** - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

- Bloco-PMDB** - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

- Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽¹¹⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) ^(3,19)	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽⁵⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDB AG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDB AG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)**

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. n° 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB N° 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio

Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL ⁽²⁶⁾

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolph Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. n° 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. n° 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. n° 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. n° 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. n° 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. n° 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDB AG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

- Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

- Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
- Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. n° 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP)⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Amílcar Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	1. Roberto Requião (PMDB) (2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) (3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) (40)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) (40)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) (21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Kátia Abreu (30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Oficio nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Oficio nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Oficio nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Oficios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferreira é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nº's 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Oficio GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,22,46)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. Waldemir Moka (PMDB) (46)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. Vital do Rêgo (PMDB) (46)
VAGO (46)	6. Ciro Nogueira (PP) (23,46)
VAGO (46)	7. VAGO (11,46)
VAGO (46)	8. (46)
VAGO (46)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,27)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (27)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁸⁾	
Kátia Abreu (PSD) (35,37)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSD, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Décio Amorim, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferrão, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acrílio Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Oficio nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício n° 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
(11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício n° 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazzotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (2,13,28,29,30,41)	2. VAGO (39)
VAGO (31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. n° 085/2011 - GSMB)

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. n° 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. n° 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. n° 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. n° 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. n° 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. n° 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. n° 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. n° 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of n° 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. n° 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Laurito Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldis Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. n° 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

- Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- * Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu (28,31)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ^(1,22,24,28,33)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,26,32)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,31)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício n° 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. n° 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF n° 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF n° 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício n° 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(6,7,9)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (4,5,8)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

- Em 12.04.2011 a Subcomissão reuniu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
- Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
- Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- * Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/f>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Moacirilo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Oficio nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.º 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMBD).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMBD).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMBD).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMBD nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽³⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 18/04/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS**PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PSD

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS n°s 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1^a Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS**PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁸⁾**PR**VAGO ^(11,21,22)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾**PSOL**VAGO ^(14,15)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)**PSD**

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.º 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) (11)

PSDB

Cyro Miranda (GO) (3)

PTB

João Vicente Claudino (PI) (6)

DEM

Clovis Fecury (MA) (12)

PR

Vicentinho Alves (TO) (1)

PP

Ciro Nogueira (PI) (9)

PDT

Cristovam Buarque (DF) (13)

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) (10)

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) (2)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) (5)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) (4)

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) (8)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

- Presidente:** Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2.
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}

Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}

Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domellos (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público cc relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-20**Designação da Comissão:** 14-12-20**Instalação da Comissão:** 8-2-20**Prazo final da Comissão:** 19-8-20

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
^{2 e 8}	1.
^{3, 4 e 9}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁶	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁶
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo

Vice-Presidente:

Relator:

Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁶	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Peláez
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emílio José (PT/BA).

11- Designada para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Edição de hoje: 192 páginas
(OS: 12064/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

